



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS
CURSISTAS.**

Daniel Ferreira de Lima Filho

Recife, Abril de 2013

Daniel Ferreira de Lima Filho

**PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS
CURSISTAS.**

**Trabalho de pesquisa apresentado como
requisito obrigatório para conclusão do Curso
de Especialização em Direitos da Criança e do
Adolescente.**

Orientadora: Profª Drª. Valéria Gomes

Recife, Abril de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Daniel Ferreira de Lima Filho

**PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS
CURSISTAS.**

Monografia aprovada no dia ____/____/____, no Departamento de Educação da UFRPE.

Professor(a) Orientador(a) _____

RESUMO

A limitação de recursos, a insignificante transformação no cotidiano social dos adolescentes e jovens e muitas vezes a falta de informação dos efeitos e impactos produzidos pelos investimentos realizados em projetos sociais têm provocado um interesse crescente entre governos, organizações não governamentais (ONGs) e, principalmente, financiadores nacionais e internacionais pelo aperfeiçoamento de sistemas de monitoramento e avaliação para ajudar na formulação e gestão das políticas públicas. O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), buscando potencializar sua atuação na área da responsabilidade social, no ano de 2009, desenvolveu o Projeto Jovem Salvar, que teve como objetivo preparar adolescentes e jovens de 16 a 24 anos que estavam em situação de risco social na comunidade do Ibura, bairro da cidade do Recife, assistidos pelo Programa Governo Presente do Plano Estadual de Segurança Pública (Pacto pela Vida), para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho. A presente pesquisa investiga qual a repercussão do projeto na vida dos ex-cursistas. Para tanto inventaria a documentação produzida durante o projeto, sobretudo os relatórios de acompanhamento, e principalmente lança mão de pesquisa de campo que, através de questionários, afere as percepções de familiares, adolescentes e jovens assistidos pelo projeto.

A pesquisa traz em princípio um endosso que o Projeto Jovem Salvar contribuiu para a vida dos ex-cursistas, o que credencia o mesmo a se efetivar como política pública no Estado de Pernambuco e justifica o esforço corporativo do CBMPE, em busca de trazer maior socialização, bem-estar familiar e capacitação para a vida profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência e juventude; Avaliação de projetos sociais; Comunidade; Família; Princípios éticos.

ABSTRACT

The limitation of resources, the insignificant social transformation of adolescents and young people and often the lack of information of the effects and impacts produced by investments in social projects have led to a growing interest among governments, nongovernmental organizations (NGOs) and mainly, national and international lenders by improving monitoring and evaluation systems to help in the formulation and management of public policies. The Fire Brigade of Pernambuco (Firefighters), seeking to leverage its experience in the area of social responsibility, in 2009, developed the Youth Save Project, which aimed to prepare teenagers and young people aged 16 to 24 who were in a position to social risk in the community Ibura neighborhood in Recife, assisted by the Present Government Program from the State Plan for Public Safety (Pact for Life), to the exercise of citizenship and integration into the labor market. This study investigates what effect the project on the former course participants. For this, it inventories the documentation produced during the project, especially the monitoring reports, and mainly makes use of field research that, through questionnaires, gauges the perceptions of family and adolescent girls assisted by the project. The research is in principle an endorsement that the Youth Project Save contributed to the life of former course participants, which accredits the Project as public policy in the state of Pernambuco and justifies the corporate effort of The Fire Brigade of Pernambuco, seeking to bring greater socialization, family welfare and training for professional life.

KEYWORDS: Adolescence and youth; Evaluation of social projects; Community; Family; Ethical principles.

LISTAS DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico da faixa etária dos ex-cursistas pesquisados.....	35
Figura 2 – Gráfico com as escolaridades dos ex-cursistas, à época do projeto e atualmente...35	
Figura 3 – Gráfico das respostas dos ex-cursistas à pergunta base.....	37
Figura 4 – Gráfico das respostas dos familiares dos ex-cursistas à pergunta base.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Respostas dos ex-cursistas.....	36
Tabela 2 – Respostas dos familiares dos ex-cursistas à pergunta base.....	38

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo 1 - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS.....	15
Capítulo 2 - ASPECTOS ÉTICOS NA DINÂMICA DOS PROJETOS SOCIAIS.....	22
2.1. Conceituação.....	22
2.2. A inclusão social como contraponto das formas de discriminação.....	25
Capítulo 3 - A INSERÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA NOS PROJETOS SOCIAIS.....	26
3.1. Família: Definição legal e contexto sócio-cultural.....	26
3.2. Convivência familiar e comunitária nos projetos sociais.....	29
3.2.1. Convivência Familiar.....	30
3.2.2. Convivência Comunitária.....	31
Capítulo 4 - RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS.....	34
4.1. Perfil dos pesquisados.....	34
4.2. Respostas à pergunta base, por parte dos ex-cursistas.....	36
4.3. Respostas á pergunta base, por parte dos familiares dos ex-cursistas.....	38
4.4. Análise das Respostas dos questionários.....	39
4.5. Discussão dos Resultados.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
Apêndice A – Termo de Livre Consentimento Esclarecido.....	47
Apêndice B – Formulário de Pesquisa dos Ex-Cursistas.....	48
Apêndice C – Formulário de Pesquisa dos Familiares dos Ex-Cursistas.....	50
Anexo A – Apresentação do Projeto Jovem Salvar.....	52
Anexo B - Dtz. Planej. nº 01/10 – CEMet II – Ações Comunitárias do PJS.....	79

INTRODUÇÃO

Ao pensar em novas situações de vida em coletividade, provocadas por inovações da tecnologia e do conhecimento que não são acompanhadas por avanços na dimensão humanitária, constata-se que grandes e graves problemas de ordem social foram criados com profundas consequências sobre as condições de vida e o estabelecimento de relações entre indivíduos, expondo-os aos perigos de uma sociedade às voltas com conflitos e crises em seus valores.

Este trabalho traz para a reflexão o fato de que hoje os projetos sociais são uma maneira de se encarar a condição de pobreza (muitas vezes convertida em vulnerabilidade) em que vivem muitos adolescentes e jovens. Nesse sentido, os projetos são, para muitos deles, uma forma de acessar “novos recursos simbólicos e materiais que ampliem seu campo de possibilidades” (NOVAES, 1998, p. 11). Desse modo, eles se constituem como alternativa possível de inserção e remuneração para os adolescentes e jovens pobres neles incluídos durante um período limitado de suas vidas. Ao mesmo tempo, para governos, ONGs, grupos sociais, empresas, igrejas, fundações, etc., os projetos sociais passam a ser uma modalidade possível para traduzir, tornar reais e nomear as ações voltadas para determinados públicos.

Assim, muitos adolescentes aliados do processo de desenvolvimento social e econômico, podem engajar-se em projetos sociais que privilegiam o protagonismo juvenil como alicerce para transformação da conjuntura hoje vivenciada por eles.

Com a promulgação da Lei 8069/90, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na sociedade brasileira, aos adolescentes em conflito com a lei foi garantida uma forma de tratamento não mais correcional – punitiva, mas, principalmente, reeducativa, passando da “situação irregular” para a condição de sujeitos de direitos.

Da leitura do ECA é possível visualizar, de pronto, sua proposta civilizatória: prevendo a conquista da cidadania por parte dos adolescentes e defendendo a sua inclusão social. Nesse sentido, a profissionalização surge como canal para projeção de vida dos adolescentes e jovens, como forma de potencializar cada indivíduo em seu papel pessoal e social. Não se pode mais escamotear a importância da profissionalização na nossa sociedade e em qualquer sociedade moderna, em que o indivíduo é chamado em todas as circunstâncias, a partir das relações construídas, a coletivizar as suas experiências apresentando o produto social.

Dessa forma, prima-se pelas atividades profissionalizantes em observância fiel à Lei nº 10.097/2000, que prescreve a capacitação e a instrumentalização adequadas às contingências

das demandas de mão-de-obra, priorizando habilitações profissionais de acordo com as oportunidades dos mercados formal e informal, inclusive para a população juvenil.

“Projeto” é hoje uma daquelas palavras que pode dizer muitas coisas. Sua popularização faz com que, quando se fala de projeto em um sentido específico, outras pessoas podem estar entendendo outros tantos de seus sentidos possíveis. Inicialmente, pode-se pensar em projeto social, projeto de vida, projeto de uma casa, etc. É por isso que se inicia essa breve reflexão anunciando que aqui se está falando de projetos sociais como uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo (ARMANI, 2000). “Projeto Social” pode ser entendido como um conjunto de atividades que busca transformar de alguma forma a realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema. Essa modalidade de intervenção se popularizou a partir da década de 1990, possuindo características bastante definidas, entre elas a realização de uma série de atividades objetivando uma finalidade comum, com duração restrita em um período de tempo. Esta dimensão geralmente está atrelada ao fato de haver um recurso financeiro definido para tal ação (por vezes com possibilidade de renovação); trata-se também de ação que focaliza um determinado “público”, representado por um número “X” de indivíduos. Ganhando maior força e visibilidade como modo de ação de organizações não governamentais, os projetos sociais passaram a ter, nesta mesma década (e em tempos de expansão do neoliberalismo), status de políticas públicas, ou melhor, muitas políticas públicas governamentais passaram a ser pensadas e realizadas a partir da lógica e da efetivação dos projetos sociais.

No caso de ações governamentais e não governamentais voltadas para crianças, adolescentes e, mais recentemente, para jovens, os projetos sociais tiveram papel central. Ao mesmo tempo em que demarcam uma maneira de conceber e executar atividades voltadas para este público, esses projetos também acabam por fornecer uma “chave de expressão” para aqueles (as) que buscam trabalhar com populações específicas. Tal chave permite delimitar um objetivo, um conjunto de ações, metas e mecanismos de avaliação; ao mesmo tempo em que acaba criando alternativas e gerando expectativas junto àqueles que pretende atender.

Os projetos sociais voltados para os adolescentes e jovens costumam ter características semelhantes quanto à sua forma, ainda que haja muitas diferenças, dependendo dos objetivos e das temáticas tratadas. Tais características revelam uma série de concepções sobre o que é “ser adolescente” e sobre a “juventude” em nossa sociedade. Aspectos como o controle do tempo livre; a formação para desempenhar determinadas funções ou realizar certas atividades; a preparação para a inserção no mercado de trabalho e algum tipo de remuneração ou

pagamento de uma “ajuda de custo” (as “bolsas”) são dimensões que costumam estar vinculadas a ações voltadas para adolescentes e jovens e que fazem parte de alguns “projetos sociais”. De acordo com a socióloga Lívia de Tommasi:

Geralmente a atenção da sociedade civil e do poder público pelo universo juvenil é pautada pela visão dos jovens como problema social, vítimas ou causadores de violência e protagonistas de atos criminosos, assim como pelo impacto de estatísticas sobre consumo de drogas e difusão das DST/Aids. A maioria das ações desenvolvidas se propõe, assim, a ocupar os jovens em seu tempo ocioso pressupondo que o universo juvenil seja constituído de indivíduos apáticos e sem interesses (...). Nesse panorama, a proposta de considerar os jovens não mais como problema e sim como “parte da solução”, elaborada pelas fundações e apropriada por muitas ONGs, tem operado uma mudança considerável nas práticas de ação com jovens. Mas, partindo desse referencial, são outras as questões críticas que surgem, como o risco de fazer recair sobre os ombros dos jovens a responsabilidade de solucionar os complexos problemas sociais (...) (TOMMASI, 2005, p. 251).

As mudanças e disputas em torno das concepções de adolescentes e de jovens (e as “questões críticas” delas advindas) que cercam esses projetos (e que ajudam a ser conformadas por eles) continuam ocorrendo, na medida em que avançam os debates (incluindo aqueles sobre as Políticas Públicas para adolescentes e jovens). Em linhas gerais, é possível dizer que, hoje, vem perdendo força a percepção do jovem como “problema social” e mesmo a ideia do jovem como “protagonista” ou “parte da solução”, como colocado acima por Tommasi (2005), na medida em que ganha espaço a percepção dos adolescentes e dos jovens como “sujeitos de direitos”. As ações previstas nas políticas e traduzidas pelos projetos sociais passariam a expressar demandas e direitos a serem garantidos pelos governos e sociedade em articulação com os adolescentes e os jovens. No entanto, como em toda disputa, as perdas e os ganhos são relativos, e diferentes percepções tendem a conviver, não sem contradições, dentro de um mesmo projeto social ou instituição.

Por outro lado, os projetos sociais (seja por parte das ONGs, fundações empresariais e empresas, seja por parte dos governos) voltados para um tipo específico de adolescente ou de jovem, sobretudo o pobre, negro e morador de favelas e bairros de periferia, tornam-se marcadores de identidades juvenis e, para alguns deles, elemento decisivo em suas trajetórias. Para a antropóloga Regina Reyes Novaes, os projetos sociais:

(...) podem contribuir para a superação de certas marcas de exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário. Os projetos sociais tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Com eles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão (NOVAES, 2006, p. 113/ 114).

Na análise de Novaes (2006, p.114), considera-se que, inclusive para os jovens que não têm acesso aos projetos, “sua mera existência amplia o campo de negociação com a realidade”. Nessa mesma linha argumentativa, e em diálogo com Novaes, as pesquisadoras Fátima Cecchetto e Simone Monteiro, da Fiocruz, em artigo sobre discriminação racial entre homens jovens no Rio de Janeiro, referem-se a estudos que revelaram que “(...) os “jovens de projeto” apresentavam maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem essa vivência” (CECCHETTO, MONTEIRO, 2006, p. 200). Ter ou não acesso aos projetos cria diferenças entre os jovens mais pobres de diversas áreas precárias da cidade, já que a participação em determinado projeto social cria a possibilidade de inclusão em redes diferenciadas de sociabilidade que permitem ao jovem a inserção em outros espaços (inclusive em outros projetos). De acordo com Novaes (2006), “a idéia de desenvolvimento local” implica criar sinergias, complementaridade e integração dos projetos variados.

Devido ao crescente número de projetos sociais para adolescentes implantados nas diversas áreas de estudo, torna-se essencial a análise e a avaliação dos resultados obtidos por eles, para que tanto o poder público, instituições privadas e entidades não governamentais possam cada vez mais apoiar a inserção social que busca contribuir com o desenvolvimento humano.

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) acredita que ainda é possível fazer muito pela população carente da sociedade pernambucana e não fecha os olhos para o atual crescimento dos índices de violência e marginalização. A preocupação com o bem-estar social daqueles menos favorecidos tem levado essa Corporação a promover vários projetos sociais tais como Projeto Salvar, Projeto Jovem Salvar e Brigada Escolar, todos visando a alcançar as comunidades menos favorecidas.

Buscando potencializar sua atuação na área da responsabilidade social, no ano de 2009, o CBMPE desenvolveu o Projeto Jovem Salvar, que teve como objetivo preparar jovens e adolescentes de 16 a 24 anos que estavam em situação de risco social na comunidade do Ibura, na cidade do Recife, assistidos pelo Programa Governo Presente do Pacto pela Vida para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho.

Inicialmente os alunos receberam do Corpo de Bombeiros Militar um Curso de Formação de Brigadista Comunitário, onde tiveram aulas das disciplinas: Prevenção Contra Incêndio, Primeiros Socorros, Cidadania, Meio Ambiente, Legislação de Trânsito, Defesa Civil. Além dessa formação, o Curso de Guardião de Piscina, foi ofertado pela instituição como possibilidade de qualificação profissional expressa a seguir.

Concluído o Curso de Formação de Brigadistas Comunitários, todos participaram do Programa de Ações Comunitárias, onde atuaram em campanhas de vacinação e contra a dengue, preservação do meio ambiente, trânsito, primeiros socorros, conservação de praças – paisagismo, arte educador etc. e foram matriculados em Cursos de Qualificação Profissional (Eletricista, Pedreiro, Segurança Patrimonial, Telemarketing, Jardinagem, Manutenção de Micro, Operador de Micro, Digitalização de documentos, Enfermagem, Turismo, e Guardiã de Piscina). Os cursos foram coordenados pela Secretaria Especial de Articulação Social e executados pela Secretaria Especial de Juventude e Emprego, durante o período de 04 a 06 meses, com estágio supervisionado pelo CBMPE, de acordo com o Programa de Ações Comunitárias.

Nota-se que toda ação realizada por um órgão público precisa estar amparada legalmente, logo, busca-se, nas Constituições Federal e Estadual, o amparo legal que dá suporte ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) para desenvolver ações preventivas que refletiam na segurança pública do Estado de Pernambuco.

A Constituição Federal no seu Art. 144 diz que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da *incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I- ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Na mesma norma, no §5, inciso IV do Art. 144, que fala sobre a segurança pública diz que “às polícias militares cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”.

Essas atribuições são ratificadas no Art. 105 da Constituição Estadual¹⁵, onde consta que o CBMPE faz parte do sistema de segurança pública, conforme o seu Art. 101.

No ano de 2001 foi aprovada a Lei estadual Nº 12.153, de 26 de dezembro de 2001, que alterou a Lei Nº 11.199, de 30 de janeiro de 1995, e decretou outras providências que competem ao CBMPE. Transcrevemos abaixo parcialmente os artigos 1º, 2º e 3º:

Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, organizado com base na hierarquia e disciplina, destina-se a realizar serviços específicos de bombeiro militar e atividades de defesa civil na área do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na conformidade da legislação vigente:

I - realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndio;

- II - realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios em florestas e matas, visando à proteção do meio ambiente, na esfera de sua competência;
 - III - realizar serviços de resgate, busca e salvamento;
 - IV - ...
 - V - ...
 - VI - prestar socorro e atendimento emergencial pré-hospitalar, nos casos de acidentes com vítimas ou a pessoas em iminente perigo de vida;
 - VII - atuar na execução das atividades de defesa civil, inclusive nos casos de mobilização prevista na Constituição Federal;
 - VIII - isolar, interditar ou embargar, no âmbito de sua competência, obras, serviços, habitações e locais de uso público ou privado que não ofereçam condições de segurança;
 - IX - ...
 - X - ...
 - XI - ...
- Art. 3º O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco integra a Secretaria de Defesa Social.

Como se percebe no conteúdo das normas citadas acima (Constituição Federal, Constituição Estadual de Pernambuco e a Lei Estadual nº 12.153), faz parte da competência do CBMPE desenvolver projetos sociais para adolescentes, impactando positivamente na redução dos índices de criminalidade envolvendo esse público.

Acreditando na importância do Projeto Jovem Salvar para a concretização dos direitos da criança, do adolescente e do jovem no Estado de Pernambuco, a presente pesquisa pretendeu investigar os impactos dessa iniciativa para mudança no cotidiano social dos assistidos, visando à possível efetivação como política pública no Estado de Pernambuco.

Para dar conta do objetivo proposto, o estudo buscou através da pesquisa exploratória (bibliográfica e documental) fazer o levantamento bibliográfico na área de avaliação, ética, família e comunidade, direitos da criança e do adolescente e projetos sociais para adolescentes e jovens desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, com ênfase no Projeto Jovem Salvar. Além disso, lançou mão da pesquisa descritiva através da elaboração e aplicação de questionário aos cursistas e seus familiares, visando coletar suas impressões quanto à relevância do projeto para mudança no cotidiano social dos assistidos. De posse dos dados coletados, foi procedida a análise através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, visando propiciar uma avaliação do projeto, melhorar sua efetividade e/ou subsidiar decisões sobre a criação de novos projetos e/ou programas.

Assim, este trabalho foi dividido em cinco capítulos: inicialmente, no primeiro capítulo, são tratados alguns conceitos necessários para o bom entendimento do assunto, como, por exemplo: projetos sociais, avaliação e indicadores de resultado. Na pesquisa foi dado ênfase a avaliação dos impactos do Projeto Jovem Salvar, pois o trabalho se propõe a determinar se o projeto atingiu o resultado pretendido, ou seja, a mudança no cotidiano social dos cursistas.

No segundo capítulo é descrito a importância de se inserir aspectos éticos na dinâmica dos projetos sociais. Este capítulo é dividido em duas partes: a primeira procura conceituar ética de acordo com autores consagrados. A segunda parte do capítulo traz uma reflexão sobre a inclusão social como contraponto das formas de discriminação.

No terceiro capítulo são tratados aspectos relevantes sobre a inserção da convivência familiar e comunitária nos projetos sociais. Este capítulo é dividido em duas partes: a primeira trata da definição legal de família e uma reflexão sobre os diversos arranjos familiares, considerando o contexto sócio-cultural na qual estão inseridas. A segunda parte traz aspectos que evidenciam a importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente, reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a esse reconhecimento há a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida.

No quarto capítulo são elencados o resultado e a discussão dos dados coletados por ocasião da pesquisa descritiva, visando a traduzir as impressões dos cursistas e seus familiares e/ou responsáveis da relevância do Projeto Jovem Salvar para vida dos assistidos.

Como conclusão da pesquisa constatou-se a relevância do Projeto Jovem Salvar, desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, na mudança do cotidiano dos adolescentes e jovens assistidos, o que o credencia a se efetivar como política pública no Estado de Pernambuco, contribuindo na concretização dos direitos da criança, do adolescente e do jovem.

1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

O valor e a importância de monitorar e avaliar com qualidade os projetos sociais vem recebendo cada vez mais reconhecimento de um grande número de partes interessadas – planejadores, financiadores, formuladores de políticas e comunidades que dão apoio a intervenções. Quando é demonstrado até que ponto um projeto pôde cumprir as suas metas, fica mais fácil garantir que os recursos sejam utilizados da maneira mais efetiva, eficiente e adequada possível.

A limitação de recursos, a insignificante transformação no cotidiano social dos adolescentes e jovens e muitas vezes a falta de informação dos efeitos e impactos produzidos pelos investimentos realizados em projetos sociais têm provocado um interesse crescente entre governos, organizações não governamentais (ONGs) e, principalmente, financiadores nacionais e internacionais pelo aperfeiçoamento de sistemas de monitoramento e avaliação para ajudar na formulação e gestão das políticas públicas.

Neste capítulo procurarei definir alguns termos fundamentais utilizados ao longo do trabalho, de modo a fornecer a base teórica sobre a qual se sustentam as análises documentais do Projeto Jovem Salvar e dos dados coletados na pesquisa de campo, bem como as conclusões do trabalho. Discorrerei sobre as diferenças essenciais entre políticas públicas, programas e projetos sociais e aprofundarei a discussão sobre sistemas de monitoramento e avaliação dos projetos sociais, enfatizando principalmente a importância dos indicadores de resultados e da avaliação dos impactos na vida dos ex-cursistas.

O novo paradigma de elaboração, implementação e avaliação de projetos sociais exige a busca de uma maior racionalidade nas ações e resultados, bem como de novos e modernos instrumentos que dêem conta dessas novas exigências. Perpassando o novo paradigma de desenvolvimento social, encontramos uma ideia reguladora que organiza e sustenta esse processo, delimitando-o em seu sentido e em seus fins.

Uma outra exigência do novo paradigma na gestão e elaboração de projetos sociais trazidas às organizações é o rompimento com a cultura do isolamento e o desenvolvimento de uma nova mentalidade, de novas capacidades, habilidades e estratégias para uma atuação conjunta, compartilhada.

Todo projeto deve passar necessariamente por três momentos: o planejamento, a implementação e a avaliação. Essas etapas estão intimamente relacionadas, possuindo o mesmo grau de importância. São momentos que se sobrepõem, se inter-relacionam, vão e voltam em um movimento dinâmico, não-linear. Ter em conta a existência dessa

interdependência é, portanto, não só desejável, mas absolutamente necessário à eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento e nos resultados de qualquer projeto social.

No momento da implementação, o monitoramento sistemático das atividades e custos do projeto fornece as informações necessárias não só para o momento da avaliação final, mas também para todos os níveis gerenciais, possibilitando o controle efetivo das ações em sua relação com nossos objetivos, nossos prazos e nossos resultados, em uma ligação direta com o anteriormente planejado, possibilitando corrigir os rumos, apontando ações corretivas necessárias, exigindo de nós uma revisão no planejamento que, não raro, afetar nossos custos, prazos e o desenvolvimento do projeto.

Na elaboração de qualquer projeto social deve-se descrever como será o sistema de monitoramento e avaliação, apresentando alguns indicadores tangíveis e/ou intangíveis, os instrumentos e estratégias de coleta de dados e a equipe responsável pelo processo.

Primeiramente, convém definir os termos monitoramento e avaliação. Monitoramento refere-se à revisão e ao levantamento de dados em andamento, que ajudarão a determinar se os resultados esperados estão sendo atingidos. O monitoramento é, pois, um componente fundamental da avaliação. Por sua vez, avaliação diz respeito ao levantamento sistemático de informações realizado no decorrer ou ao final de um projeto com o objetivo de julgar a efetividade dos resultados esperados e auxiliar nas decisões quanto a futuras intervenções.

O trabalho de monitoramento e avaliação ajuda a determinar se um projeto atingiu os resultados pretendidos, o que permite prestar contas dos gastos e utilizar os recursos do modo mais eficaz. Os financiadores costumam solicitar avaliações para se certificarem de que o dinheiro está sendo bem empregado, porém, ainda persiste o desafio de garantir que aqueles que trabalham no projeto ou lhe dão apoio reconheçam a importância do monitoramento e da avaliação contínuos e os utilizem para melhorar a efetividade e a qualidade dos projetos.

O monitoramento deve ser realizado constantemente para verificar se as metas e os objetivos do projeto estão sendo cumpridos e reajustar a programação com base nas lições aprendidas até então. As avaliações internas são importantes não só para medir a efetividade, a eficiência e o andamento do projeto, mas também para desenvolver um sentido de apropriação do projeto, tanto por parte do pessoal que nele trabalha como daqueles que dele se beneficiam. As avaliações externas, apesar de onerosas e, por conseguinte, geralmente impraticáveis nas pequenas comunidades, ainda assim oferecem uma análise independente que pode vir bem a calhar.

Os envolvidos no monitoramento e na avaliação do projeto devem ter coragem e convicção suficientes para apontar tanto os resultados positivos como os negativos do projeto.

Em relação ao termo avaliação, não existe uma única definição que seja amplamente aceita na comunidade mundial dos avaliadores profissionais. No escopo deste trabalho, será utilizada a definição mencionada em Chianca (2001, p. 16):

A coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa, e a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios, passíveis de serem defendidos publicamente, para determinar o valor (mérito e relevância), a qualidade, utilidade, efetividade ou importância do programa sendo avaliado em relação aos critérios estabelecidos, gerando recomendações para melhorar o programa e as informações para prestar contas aos públicos interno e externo ao programa do trabalho desenvolvido.

Nota-se nessa definição de avaliação a menção da avaliação de um programa.

Pode-se encontrar, também, a avaliação de um projeto. O que diferencia um programa de um projeto social?

De acordo com Armani (2001, p. 18), pode-se identificar três níveis de formulação da ação social:

- O nível dos grandes objetivos e eixos estratégicos de ação (a política);
- Um nível intermediário em que as políticas são traduzidas em linhas mestras de ações temáticas e/ou setoriais (programas);
- O nível das ações concretas, delimitadas no tempo, no espaço e pelos recursos existentes, que possam realizar os programas e as políticas, ou seja, os projetos.

No contexto de programa, encontram-se as atividades que são oferecidas em bases contínuas. Já no contexto de projeto, estão inseridas atividades que são oferecidas por um período determinado de tempo. Para efeito deste trabalho, a avaliação aqui concebida e analisada se presta a programas e a projetos, já que suas etapas e filosofias subjacentes se aplicam a ambos os tipos de empreendimento social.

A avaliação de projetos e programas sociais pode ser subdividida nas seguintes avaliações:

- avaliação do marco zero
- avaliação de processo ou formativa
- avaliação somativa (CHIANCA, 2001).

Segundo Chianca (2001, p.18) “a avaliação do marco zero ocorre antes da instalação de um determinado programa e serve para orientar a equipe responsável por ele no

planejamento das ações, garantindo o máximo de proximidade às reais necessidades e expectativas dos futuros usuários”.

Ainda segundo Chianca (2001, p.17), a avaliação de processo ou formativa “tem como objetivo prover informações essenciais sobre um determinado programa para que os gestores possam introduzir mudanças a fim de melhorá-lo ainda durante seu processo de implementação”.

Já a avaliação de produto ou somativa é conduzida após o término de um programa ou projeto, servindo basicamente para julgar o mérito e a relevância de um programa ou projeto em relação a determinados critérios (CHIANCA, 2001, p. 18).

Marino (1998, p. 23) acrescenta a chamada avaliação de impacto afirmando que “o efeito final ou impacto de um projeto deve ser examinado após o período de implementação das ações”. Os indicadores de resultados devem ser comparados àqueles iniciais, observados no Marco Zero.

Para que seja possível a avaliação de um projeto ou programa social, deve-se fazer um esforço, desde o planejamento inicial das atividades, para identificar e desenvolver indicadores de resultados do projeto.

Segundo Valarelli (1999), “em projetos sociais, indicadores são parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos de um projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica”. Ainda segundo o autor, são uma espécie de marca ou sinalizador, que busca expressar e demonstrar a realidade sob uma forma que se possa observar e obter dados mais concretos para melhor avaliação. Baseiam-se na identificação de uma variável, ou seja, algum aspecto que varia de estado ou situação, variação esta que é capaz de expressar um fenômeno de interesse.

Marino (1998) considera, ainda sobre a questão dos indicadores de resultados, que os objetivos do projeto ou programa e as perguntas formuladas para orientar a avaliação são importantes fontes para se definir os indicadores de resultados parciais ou finais.

Segundo Armani (2001), um bom sistema de indicadores deve:

- Ter mais indicadores nos níveis de atividades e resultados e menos no nível de objetivo geral;

- Conter um número de indicadores adequado para o projeto, trazendo informações importantes, porém não em excesso, de modo a facilitar a operacionalização da avaliação;
- Fazer com que o processo de definição de indicadores seja o mais participativo possível, envolvendo todos os principais atores do projeto;
- Promover reflexões periódicas com os atores ao longo de todo o projeto;
- Explicitar os meios de verificação e coleta de dados, bem como seus responsáveis;
- Buscar fazer uso de informações já existentes ou de simples produção, com o objetivo de otimizar o uso de recursos.

Segundo o Guia para monitoramento e avaliação de projetos baseados em comunidades publicado pela Unesco (2009, p. 14), a avaliação de uma intervenção baseada na comunidade tem por objetivo:

- Elaborar o processo que permitirá obter as informações desejadas empregando diferentes métodos;
- Incentivar o desenvolvimento de indicadores, referenciais e iniciativas claros;
- Coletar e analisar dados durante todo o ciclo do projeto que dizem respeito aos objetivos e resultados almejados;
- Detectar o que deu errado e quais objetivos não foram atingidos;
- Fazer os ajustes necessários com base na experiência e nos conhecimentos adquiridos;
- Fornecer feedback a todos os participantes do programa e às comunidades locais;
- Divulgar os resultados e as lições aprendidas aos organismos financiadores prestadores de serviços.
- Utilizar os resultados finais como base de informações para o planejamento e implementação de futuros trabalhos nas comunidades alvos.

Ainda segundo o mesmo guia, uma avaliação bem-sucedida deve demonstrar o seguinte:

- Horizonte temporal, as metas e os objetivos claros do projeto;

- A atuação dos beneficiários no planejamento, no monitoramento e na avaliação do projeto;
- A compreensão e a apropriação compartilhadas dos objetivos do projeto e como estes devem ser alcançados pelos parceiros e demais envolvidos;
- Coleta e análise de dados realistas e gerenciáveis, visto que, quanto mais complexos forem os métodos e instrumentos utilizados, maior será a chance de fracasso;
- Ferramentas e instrumentos de coleta de dados em sintonia com outros sistemas em uso;
- Recursos financeiros e humanos apropriados aos níveis requeridos de monitoramento e avaliação, devendo haver treinamento e suporte quando a capacidade técnica não for satisfatória;
- Relevância e transparência no monitoramento dos programas e dados levantados in loco;
- Feedbacks periódicos para garantir que os resultados sirvam para o planejamento de processos e projetos futuros;
- Monitoramento e avaliação culturalmente adequados, bem como normas éticas em conformidade com os padrões nacionais e locais (UNESCO, 2009).

Diante dos parâmetros apresentados e após proceder à análise documental do Projeto Jovem Salvar, realizado em 2009, observa-se a preocupação dos idealizadores e executores em seguir os passos propostos na referência mencionada. Foi procedido o monitoramento durante a execução do projeto, observado nos relatórios periódicos elaborados e divulgados pela Coordenação do Projeto.

Quanto à avaliação constata-se na documentação disponibilizada pela Coordenação do Projeto que foi procedida uma avaliação do marco zero, duas avaliações de processo ou formativa e uma avaliação de produto ou somativa ao término das atividades do projeto. Já quanto à avaliação de impacto do projeto observa-se uma lacuna, o que motivou o interesse de explorar no presente trabalho tal procedimento.

Diante do exposto, na pesquisa foi dado ênfase a avaliação dos impactos do Projeto Jovem Salvar, pois é essencial saber como estão esses jovens no contexto social em que vivem, principalmente na relação com a família e com a comunidade e se foram inseridos no mercado de trabalho.

Otimizar recursos, melhor controlar e avaliar resultados, ter clareza de compromissos e responsabilidades para avançar na efetividade dos resultados dos projetos sociais não tem um fim em si, mas é fruto das exigências trazidas pelo compromisso ético, inerente a toda e qualquer ação que se queira transformadora no campo social.

É preciso termos clareza da importância da dimensão ética, como responsabilidade de um Estado democrático e de uma sociedade civil organizada na busca conjunta de uma esfera pública cada vez mais fortalecida e ampliada.

O próximo capítulo traz uma reflexão sobre a ética e a importância de inserir valores éticos e morais no contexto dos projetos sociais.

2. ASPECTOS ÉTICOS NA DINÂMICA DOS PROJETOS SOCIAIS

O aumento do desrespeito humano, do individualismo e o enfraquecimento do vínculo social fazem com que os projetos sociais sejam vistos como espaços legítimos para disseminação de princípios éticos, visando uma convivência mais harmônica entre as pessoas.

A proposta do Projeto Jovem Salvar é fazer com que os cursistas tenham um papel de transformação e participação ativa na comunidade em que vivem, tendo como diferencial a padronização das ações, fazendo com que estas se tornem efetiva no cotidiano dos adolescentes e jovens. A proposta inicial do projeto é preparar os cursistas para o exercício da cidadania e só num segundo plano é que sua formação se volta para o mercado do trabalho.

Dentro do contexto pedagógico de Paulo Freire (2002), as atividades desenvolvidas seguiram os princípios da construção da análise e vivência da tomada de consciência do mundo, por meio de experiências pessoais baseadas na troca do conhecimento.

Neste capítulo abordarei basicamente aspectos relacionados à conceituação de ética, de acordo com autores consagrados e a necessidade da disseminação de projetos sociais inclusivos como forma de contrapor a perversidade da discriminação imposta às camadas mais vulneráveis da sociedade.

2.1. Conceituação

Esta abordagem tem início com uma reflexão trazida por Álvaro (1994, p. 22-23), no seu livro “O que é Ética”:

Há muito pensador importante, principalmente hoje em dia, que considera que o estudo da ética é a região mais difícil, e aquela para a qual o pensamento, reflexivo e discursivo, está atualmente menos preparado. Mas então, o que fazer? Adotar, como propunha Descartes, uma moral provisória, para cuidar primeiro das questões teóricas, resolvendo as questões práticas do jeito que der?

Ou quem sabe seria melhor simplesmente ignorar as questões éticas, cuidando apenas dos assuntos técnicos, tais como: arranjar dinheiro, arranjar-se na vida, progredir na vida profissional, gozar o que for possível, conseguir força suficiente para dominar e não ser dominado... Ou quem sabe não seria melhor ainda simplesmente deixar-se levar pelo sistema e pelos acontecimentos?

Mas, neste caso, nós homens não estaríamos abdicando, renunciando ao nosso anseio de liberdade?

Diante de tais indagações, apesar dos inúmeros pontos de vista filosóficos ou contextos históricos, algumas noções, ainda que bastante abstratas, permanecem firmes e consistentes na ética. Uma delas é a distinção entre o bem e o mal. Agir eticamente é agir de

acordo com o bem. A maneira como se definirá o que seja este bem é uma outra questão, mas a opção entre o bem e o mal parece continuar válida.

Ética é um termo muito utilizado, porém não é tão fácil de explicar. Para alicerçar o estudo, foram utilizados dois autores consagrados.

Segundo Álvaro (1994), a ética tradicionalmente é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas.

Ainda usando as ideias de Álvaro (1994, p. 47), a maioria dos países ricos atuais revela uma ética que lembra a busca grega pelo prazer, muitas vezes sem limite. Esse prazer prioriza a posse material de bens ou a propriedade do capital. Além disso, observa-se que os meios de comunicação de massa, as ideologias, os aparatos econômicos do Estado já não permitem mais a existência de cidadãos livres, conscientes e críticos.

Já Boff (2003) no seu livro “Ética e Moral – A Busca de Fundamentos”, procura resgatar o sentido originário das palavras “ética e moral”. Em síntese, define “ética” como um conjunto de valores e princípios, de inspirações e indicações que valem para todos, pois estão ancorados na nossa própria humanidade. Quanto à “moral” define-a como a forma concreta que a ética é vivida. Depende de cada cultura, que é sempre diferente da outra. Ética existe uma só para todos. Moral existem muitas, conforme as maneiras diferentes como os seres humanos organizam a vida. O autor dá o seguinte exemplo: “Importante é ter uma casa (ética). O estilo e a maneira de construí-la pode variar (moral). Pode ser simples, rústica, moderna, colonial, gótica, contanto que seja casa habitável. Assim é com a ética e a moral”.

Ainda segundo Boff (2003):

Hoje devemos construir juntos a Casa Comum para que nela todos possam caber inclusive a natureza. Faz-se mister uma ética comum, um consenso mínimo no qual todos se possam encontrar. E ao mesmo tempo, respeitar as maneiras diferentes como os povos organizam a ética, dando origem às várias morais, vale dizer, os vários modos de organizar a família, de cuidar das pessoas e da natureza, de estabelecer os laços de solidariedade entre todos, os estilos de manifestar o perdão.

A ética e as morais devem servir à vida, à convivência humana e à preservação da Casa Comum, a única que temos que é o Planeta terra.

Como pequenas atitudes podem ajudar cada um de nós a ter uma conduta ética na vida? Como pequenas atitudes podem gerar grandes consequências na vida em sociedade? A ética discute exatamente isso, como o homem deve se relacionar com a sociedade. O papel da ética é guiar os homens através do bom uso da razão em direção ao bem e a ordem. Sócrates acreditava que somente a compreensão racional poderia levar o homem a agir de forma

correta. Para o filósofo nós somos sempre responsáveis por nossos atos e omissões. O pensamento de Sócrates faz parte da tradição ocidental.

Já a cultura oriental tem como exemplo a “ética zen-budista”. Assim, como a filosofia grega, o pensamento de Buda marcou a história das civilizações. O budismo seguido por milhões de pessoas em todo mundo, é ao mesmo tempo uma doutrina religiosa e uma concepção de mundo, sem Deus e sem dogmas. O budismo é uma prática de vida que ensina o valor da paciência e da disciplina.

Enquanto a filosofia de Sócrates põe o homem no centro do mundo, o budismo acredita que o centro do mundo é a própria vida. Por isso é preciso estar integrado ao universo. Isolar-se e desvincular-se do todo é o caminho do sofrimento. Mas para atingir essa integração total é preciso desenvolver uma plena atenção da mente. Para o budismo viver o aqui e agora, o instante é condição da sabedoria. Antes de julgar por meio dos valores morais e da razão, o budismo diz que o homem deve olhar, observar, ver invés de crer. A questão da ética é uma questão de disciplina, de espaço, que o homem tem o entendimento do seu espaço que hoje é uma coisa meio difícil. As pessoas estão atropelando o espaço do próximo o tempo todo.

Se Sócrates acreditava que a razão e o pensamento levariam o homem a uma boa conduta, Buda parte exatamente do contrário. O pensamento cria ilusões que fazem sofrer. Por isso para o budismo o que devemos valorizar é a ação. Ação atenta e disciplinada, nos mínimos detalhes do dia a dia. É esse o caminho de uma vida equilibrada e correta.

O Projeto Jovem Salvar traz em seu escopo estratégias que remetem os cursistas à percepção da necessidade de uma conduta ética, a saber:

- Despertar nos cursistas o prazer em ajudar, mostrando que não existem barreiras para desenvolver um trabalho social.
- Contribuir para que os adolescentes e jovens tenham a oportunidade de saber ler e interpretar a realidade em que vivemos;
- Introduzir o trabalho em equipe, criando situações que favorecem o aprendizado dos alunos em tomadas de decisões;
- Estimular nos cursistas a criatividade, a curiosidade e o desejo de absorver novos conhecimentos;
- Despertar a preocupação com o bem estar de quem receberá ajuda;
- Ser capaz de pensar antes de fazer; saber planejar; adaptar-se às novas situações e enfrentar desafios.

Durante a execução do projeto esses princípios foram implementados de forma transversal às atividades programadas, inclusive com aplicação prática, nas comunidades que integram o bairro do Ibura, através do Programa de Ações Sociais previsto no projeto. Ver detalhes no Anexo B.

2.2. A inclusão social como contraponto das formas de discriminação

A nossa cultura exclui as diferenças. Todas as civilizações se constroem e se sustentam em leis. Em toda sociedade existe um grande número de coisas que não se pode fazer. Há coisas que não devem ser ditas e atitudes que não são permitidas. Toda sociedade cria limites e proibições, e escolhe algumas formas de viver e rejeita outras.

Um dos grandes problemas das instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei é que o isolamento cria uma população cada vez maior de marginalizados. Além disso, a exclusão facilita o surgimento de uma comunidade de delinquentes cada vez mais independente e organizada. O sistema socioeducativo atual cria um exército de inimigos dentro da sociedade. Excluir não elimina, ao contrário, tudo parece indicar que a parte excluída tende a crescer, a se fortalecer e a se organizar.

Diante do exposto, não se deve apenas contemplar nos projetos sociais aspectos só ligados ao campo cognitivo e profissionalizante. A inserção de valores éticos e morais no dia a dia dos adolescentes e jovens oportuniza uma reflexão sobre a vida e o valor da liberdade. Aspectos como disciplina, cidadania, solidariedade, cultura de paz, tolerância, autoestima, respeito e autonomia contribuem bastante para o reconhecimento dos adolescentes e jovens como sujeitos de direito.

Após a análise da documentação disponibilizada pelas instituições envolvidas no Projeto Jovem Salvar, nota-se claramente a preocupação em agregar no processo formativo e nas atividades comunitárias desenvolvidas aspectos relacionados a valores éticos, a saber:

- Entronização dos valores do Corpo de Bombeiros nos cursistas, tais como: civismo, disciplina, hierarquia, solidariedade, trabalho de equipe, heroísmo, etc;
- Ter identidade social e valor no seio da sociedade (família, crianças, amigos, adultos, empresas, poder público e outras famílias).

3. A INSERÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA NOS PROJETOS SOCIAIS

As demandas de famílias com alto índice de vulnerabilidade ensejam um novo enfoque, de modo que os projetos sociais voltados para adolescentes e jovens sejam nelas embasados, para obter maior eficácia e abrangência..

Além disso, as mudanças experimentadas pela família, durante o período de participação de um filho em determinado projeto social, exigem que se reflita sobre as futuras ações. De outro lado, observa-se que falta registrar e analisar, de forma crítica e sistemática, os resultados obtidos nos projetos sociais voltados para adolescentes e jovens, assim como se nota serem escassas as publicações sobre o impacto de tais projetos nas famílias dos participantes.

Neste capítulo o tema é posto em debate a partir da definição legal de família e seu contexto sociocultural, bem como da discussão da importância da convivência familiar e comunitária no contexto dos projetos sociais.

3.1. Família: Definição legal e contexto sociocultural

Inicialmente é preciso refletir sobre os diversos arranjos familiares que encontramos na sociedade. Face aos diferentes contextos culturais e sociais, definir família exige uma abstração significativa, o que não é fácil, porque tende-se a confundir família com o nosso arranjo familiar.

Independente dos diversos arranjos familiares, o fundamental é que a família cumpra com suas funções sociais, como por exemplo, a garantia de afeto, proteção e socialização. O que importa, portanto, é que a família tenha o desejo, a responsabilidade e condições de atuar no sentido de assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais.

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si mesma, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que nos permita pensar como a família constrói, ela mesma, sua noção de si, supondo evidentemente que isso se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que se vive, que ordenam as relações de parentesco (SARTI, 2004).

É importante ressaltar a reordenação simbólica provocada pelas novas tecnologias reprodutivas, que, ao desvincularem a reprodução biológica das relações sexuais e atribuírem um caráter artificial à procriação, um dos mais naturalizados entre os fatos humanos, quebram a identificação do corpo biológico com a ordem natural tão difundida em nossa cultura. Esses avanços tecnológicos, tais como a pílula anticoncepcional, que desvinculou sexualidade e reprodução, ao lado da descoberta do teste de DNA, que permite a comprovação da paternidade biológica, provocam mudanças nas práticas e nos valores familiares, mas também mostram onde se localizam as resistências (FONSECA, 2001; SCAONE, 1998, 1999).

Quando se trabalha com famílias, tanto cientistas sociais, quanto psicólogos, médicos, educadores e outros profissionais enfrentam um primeiro problema: o de identificar a noção de família com suas referências pessoais. A família tende a ser identificada com a “nossa” família, tão forte é a identificação da ideia de família com o que cada um é. Por isso, quando se lida com questões de família é difícil estranhar-se em relação a si mesmo. Há uma tendência a projetar a família com a qual se tem identificação – como idealização ou como realidade vivida – no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista (SARTI, 2004).

A família não se define, portanto, pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência de sentido (SARTI, 1999).

A Constituição Brasileira de 1988 define, no Art. 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 25, define como família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Essas definições colocam a ênfase na existência de vínculos de filiação legal, de origem natural ou adotiva, independentemente do tipo de arranjo familiar onde esta relação de parentalidade e filiação estiver inserida. Em outras palavras, não importa se a família é do tipo “nuclear”, “monoparental”, “reconstituída” ou outras.

A ênfase no vínculo de parentalidade/filiação respeita a igualdade de direitos dos filhos, independentemente de sua condição de nascimento, imprimindo grande flexibilidade na compreensão do que é a instituição familiar, pelo menos no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Torna-se necessário desmistificar a idealização de uma dada estrutura familiar como sendo a “natural”, abrindo-se caminho para o reconhecimento da diversidade das organizações familiares no contexto histórico, social e cultural. Ou seja, não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na

estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes.

As referências da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente são fundamentais para a definição de deveres da família, do Estado e da sociedade em relação à criança e ao adolescente. São fundamentais, ainda, para definir responsabilidades em casos de inserção em programas de apoio à família e de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Assim, em um âmbito simbólico e relacional, que varia entre os diversos grupos sociais, muitas pessoas podem ser consideradas como “família”. A primeira definição que emerge desta realidade social é que, além da relação parentalidade/filiação, diversas outras relações de parentesco compõem uma “família extensa”, isto é, uma família que se estende para além da unidade pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio: irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus.

A diferença entre “família”, como rede de vínculos, e como “domicílio” também tem um importante caráter operacional no interior de programas e serviços sociais, pois há vínculos que definem obrigações legais entre pessoas que não moram no mesmo domicílio e que são reconhecidas e se reconhecem como “família”, como no caso de crianças e adolescentes que não residem com, pelo menos, um de seus pais. Esta distinção é fundamental especialmente para se estimular o envolvimento da figura paterna na vida de crianças e adolescentes, uma vez que na grande maioria das famílias monoparentais é o pai que não mora no domicílio – o que não significa, necessariamente, que tenha perdido o vínculo com os filhos e muito menos que escape à responsabilização de suas funções paternas.

Além dessas definições, o cotidiano das famílias é constituído por outros tipos de vínculos que pressupõem obrigações mútuas, mas não de caráter legal, e sim de caráter simbólico e afetivo. São relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança e outras correlatas. Constam, dentre elas, relações de cuidado estabelecidas por acordos espontâneos e que não raramente se revelam mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco.

Aos diversos arranjos constituídos no cotidiano para dar conta da sobrevivência, do cuidado e da socialização de crianças e adolescentes, adota-se o nome “rede social de apoio”, para diferenciá-la de “família” e de “família extensa”. É preciso lembrar, nestes casos, que se as obrigações mútuas construídas por laços simbólicos e afetivos podem ser muito fortes, elas não são necessariamente constantes, não contam com reconhecimento legal e nem pressupõem obrigações legais.

Ainda assim, as “redes sociais de apoio” são uma frente importante para o trabalho com inclusão social da família e com a proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Isto porque os vínculos afetivos e simbólicos podem ser reconhecidos, mobilizados e orientados no sentido de prover apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, de prestar cuidados alternativos às crianças e aos adolescentes afastados do convívio com a família de origem e, finalmente, para tomar decisões relativas à atribuição de guarda legal e adoção. Entretanto, há que se enfatizar que apenas a existência de vínculos sociais e afetivos não é suficiente e as providências necessárias para a regularização da situação da criança e do adolescente, do ponto de vista legal, devem ser tomadas tendo em vista a prevenção de violência e a garantia de seus direitos de cidadania.

Muitos são os projetos sociais voltados para adolescentes e jovens, com vistas a melhorar sua condição de vida e a propiciar sua autonomia e protagonismo. Isso, porém, só será possível se a família e a rede de suporte ao jovem também alcançarem condições de vida no mínimo razoáveis e se, de alguma forma, acompanharem o projeto social em que ele está envolvido e sua possível aplicação na vida prática.

3.2. Convivência familiar e comunitária nos projetos sociais

A importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente está reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a este reconhecimento está a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida.

A violência, a discriminação, o consumismo veiculado na mídia, a intolerância e a falta de acesso às políticas sociais básicas – aspectos relacionados à própria estruturação da sociedade brasileira – acabam repercutindo sobre a possibilidade de uma convivência familiar e comunitária saudável. Nesse sentido, Szymanski (2002) relembra que a violência é responsável pela maior parte das mortes entre jovens das camadas mais empobrecidas da população. A autora afirma que a violência urbana, fortemente associada ao tráfico e ao consumo de drogas, tem reflexos na vida das famílias das diferentes classes sociais repercutindo sobre as relações intrafamiliares, o desenvolvimento de seus membros e a relação com o contexto social.

Em virtude dos desafios enfrentados na adolescência, a privação da convivência familiar e comunitária nesse período pode tornar particularmente doloroso o processo de amadurecimento, frente à falta de referenciais seguros para a construção de sua identidade, desenvolvimento da autonomia e elaboração de projetos futuros, acompanhados ainda de rebaixamento da autoestima (JUSTO, 1997). Pereira (2003) observou que a adolescência nos serviços de acolhimento institucional pode ser acompanhada de sentimentos de perda, frente à aproximação da separação, muitas vezes, do único referencial do qual o adolescente dispõe: os vínculos construídos na instituição. A autora destaca, assim, a importância da atenção às necessidades específicas desta etapa do ciclo vital e do trabalho pela garantia do direito à convivência familiar e comunitária do adolescente, bem como de se favorecer um processo de desligamento gradativo da instituição.

3.2.1. Convivência Familiar

O fortalecimento e o empoderamento da família devem ser apoiados e potencializados por políticas de apoio sociofamiliar, em diferentes dimensões que visem à reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes.

Winnicott (2005a; 2005b) destaca que um ambiente familiar afetivo e continente às necessidades da criança e, mais tarde do adolescente, constitui a base para o desenvolvimento saudável ao longo de todo o ciclo vital. Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e a afetividade são fundamentais para a constituição da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. Assim, as experiências vividas na família tornarão gradativamente a criança e o adolescente capazes de se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro, de se responsabilizar por suas próprias ações e sentimentos. Essas vivências são importantes para que se sintam aceitos também nos círculos cada vez mais amplos que passarão a integrar ao longo do desenvolvimento da socialização e da autonomia.

Entretanto, é preciso avançar na compreensão das dificuldades que as famílias em situação de vulnerabilidade social têm para oferecer tal ambiente aos seus adolescentes, calcadas pelas necessidades de sobrevivência, pelas condições precárias de habitação, saúde e escolarização, pela exposição constante a ambientes de alta violência urbana, dentre outros fatores. Não é por acaso que há necessidade de desenvolvimento de programas sociais voltados para a adolescência em situação de vulnerabilidade social, quer tenha vínculos

comunitários e familiares intactos, quer esteja em situação de afastamento provisório ou não de suas famílias.

A família tem importância tal que permanece viva, como realidade psicológica, ao longo de todo o ciclo vital do indivíduo, ainda que sentida como falta. Ao longo de sua vida, cada pessoa retornará inúmeras vezes às lembranças das experiências vividas com a família na infância, na adolescência, na vida adulta e na velhice.

A tendência atual das políticas sociais em geral é de tomar a família e não o indivíduo isoladamente como unidade de atendimento. A pergunta a ser formulada, então, é: no atendimento a famílias, como romper esses modelos sociais internalizados e como escutar os discursos das próprias famílias sobre si, nessa permanente tensão entre a singularidade de cada uma e as referências sociais das quais não podemos escapar?

No próximo tópico procura-se entender os indivíduos como autores que influenciam e ao mesmo tempo são influenciados pelo meio em que vivem, que constroem sua experiência e lhe dão significado na linguagem do meio social a que pertencem.

3.2.2. Convivência Comunitária

A partir da sua entrada na educação infantil ou no ensino fundamental, a criança expande seu núcleo de relacionamentos para além da família. Durante a infância e a adolescência, o desenvolvimento é continuamente influenciado pelo contexto no qual a criança e o adolescente estão inseridos. A partir da relação com colegas, professores, vizinhos e outras famílias, bem como da utilização das ruas, quadras, praças, escolas, igrejas, postos de saúde e outros, crianças e adolescentes interagem e formam seus próprios grupos de relacionamento. Na relação com a comunidade, as instituições e os espaços sociais, eles se deparam com o coletivo – papéis sociais, regras, leis, valores, cultura, crenças e tradições, transmitidos de geração a geração – expressam sua individualidade e encontram importantes recursos para seu desenvolvimento (NASCIUTI, 1996).

Os espaços e as instituições sociais são, portanto, mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção de relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Nessa direção, se o afastamento do convívio familiar for necessário, as crianças e adolescentes devem, na medida do possível, permanecer no contexto social que lhes é familiar. Além de muito importante para o desenvolvimento pessoal, a convivência comunitária favorável contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social da família.

Nesse sentido, Takashima (2004) destaca que algumas estratégias da comunidade contribuem para a proteção da criança e do adolescente, constituindo formas de apoio coletivo entre famílias em situação de vulnerabilidade social:

- Redes espontâneas de solidariedade entre vizinhos: a família recebe apoio em situações de crise como morte, incêndio ou doenças;
- Práticas informais organizadas: a comunidade compartilha com os pais ou responsáveis a função de cuidado com a criança e com o adolescente, bem como denuncia situações de violação de direitos, dentre outras; e
- Práticas formalmente organizadas: a comunidade organiza projetos e cooperativas para a geração de emprego e renda, por exemplo.

Além da influência que o contexto exerce sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, as redes sociais de apoio e os vínculos comunitários podem favorecer a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a proteção e o cuidado à criança e ao adolescente.

Assim, é possível afirmar, conforme destacado por Vicente (2004), que os vínculos familiares e comunitários possuem uma dimensão política, na medida em que tanto a construção quanto o fortalecimento dos mesmos dependem, dentre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo – habitação, saúde, trabalho, segurança, educação, assistência social, desenvolvimento urbano, combate à violência, ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes, distribuição de renda e diminuição da desigualdade social, meio ambiente, esporte e cultura, dentre outros. Os aspectos aqui abordados evidenciam finalmente que a efetivação da promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes requer um conjunto articulado de ações que envolvem a corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, conforme disposto no ECA e na Constituição Federal.

No Projeto Jovem Salvar nota-se a preocupação de promover momentos de interação entre os cursistas e seus familiares e através das ações comunitárias previstas e executadas durante o decorrer do projeto, oportunizar aos adolescentes e jovens a aplicação prática, na comunidade na qual estão inseridos, dos conhecimentos técnicos e de cidadania adquiridos durante todo o processo formativo, a saber:

- **Monitoramento urbano:** Observar, monitorar e informar as autoridades ou órgãos municipais e estaduais todas as alterações e problemas inerentes às questões urbanas

locais nas ruas, praças, e áreas como: acúmulo de lixo, buracos nas vias, iluminação pública, arborização, intempéries, vazamento de água tratada, danificação de hidrantes públicos, entupimentos em galerias fluviais, pontos de alagamento, esgotamento sanitário, paradas de ônibus, conservação das praças e academias da cidade e conservação de equipamentos urbanos diversos.

- **Vistoria preventiva:** Visitar as residências para troca do Kit de fogão de cozinha e observações de segurança preventiva quanto às instalações elétricas, riscos diversos de acidentes quanto a crianças e possíveis princípios de incêndios. Verificação visual da condição de risco de desabamento ou desmoronamento inerente a residências, árvores e encostas, entrega de folhetos educativos com dicas de segurança dos Bombeiros.
- **Palestras:** Ministras palestras educativas aos públicos da comunidade escolar pública sobre temas relativos à segurança contra incêndio e acidentes, além de outros temas relativos à cidadania. (mais detalhes consultar o Anexo B).

Os projetos devem considerar que, mais do que informação e conhecimento, é necessária a formação de rede de apoio que inclua a família, no sentido de obter fortalecimento tanto emocional quanto material.

Nesse sentido, este estudo entende que a família deve ser parte de todo projeto, por se constituir a base de pertencimento e legitimação social. O jovem pode transformar, ampliar e enriquecer a troca com o meio, devolvendo a ele o que adquiriu em conhecimento e agindo em seu favor. O meio pode favorecer, valorizar, apoiar, legitimar e viabilizar o seu crescimento contínuo, bem como manter uma troca, da qual as partes se beneficiem mutuamente. Quanto mais forem ao encontro dos interesses e necessidades das famílias, quanto mais envolverem as comunidades em que atuam, mais eficazes serão os projetos sociais e mais qualidade apresentarão, na medida em que terão o reconhecimento público de sua utilidade.

No próximo capítulo será feita a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de campo, sobretudo aqueles aferidos através dos questionários de pesquisa.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

O universo de pesquisa foi de 19 (dezenove) ex-cursistas e 18 (dezoito) familiares ou responsáveis. Destaca-se que para efeito desta análise foi considerado familiar os parentes de primeiro ou segundo graus que moram na mesma residência do ex-cursista. Nesta pesquisa não houve qualquer aferição de resultado vinculado a um “responsável”, pois todos os pesquisados moravam com familiares.

Outra observação quanto à aferição é que só houve uma participação de familiar para cada ex-cursista, ofertando uma paridade quase perfeita, pois em um dos casos aferiu-se apenas as opiniões do ex-cursista, visto que este estava sozinho, sem a presença de um familiar no momento da aferição.

Os questionários foram conduzidos até a residência dos pesquisados e lá, após a explanação sucinta da pesquisa, foi entregue o questionário (Apêndice A) antecedido do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, disposto no Apêndice B.

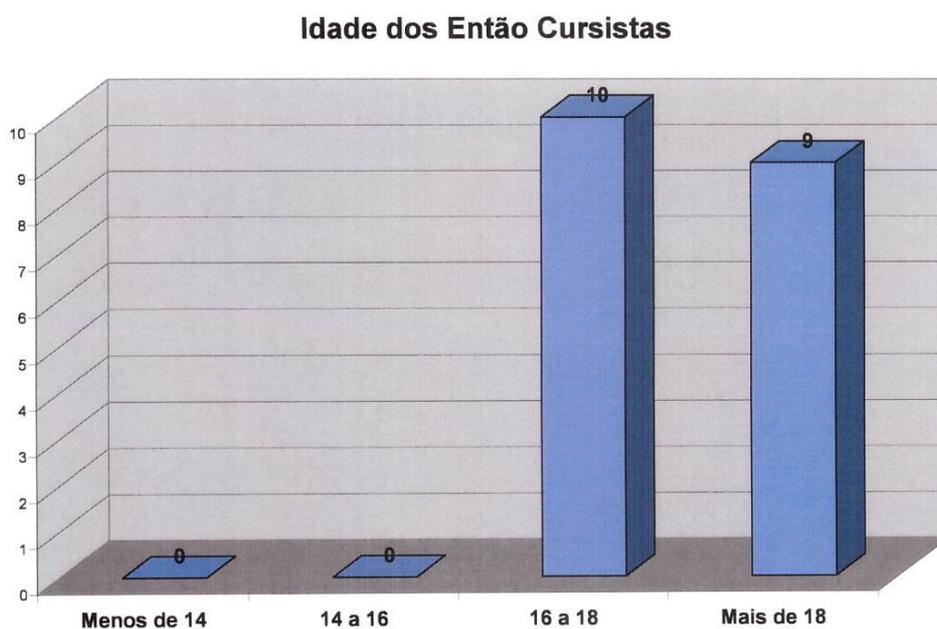
Registra-se que do total de 91 (noventa e um) cursistas, 59 (cinquenta e nove) são do sexo masculino (55,83% do total) e 32 (trinta e dois) do sexo feminino (35,17% do total). Foram aplicados e respondidos 18 formulários aos familiares dos ex-cursistas o que representa 19,78% dos 91 concluintes do projeto, e, 19 formulários a ex-cursistas representando 20,88% do universo de concluintes.

4.1. Perfil dos pesquisados

Quanto ao gênero, a pesquisa alcançou quase que igualmente ex-cursistas homens e mulheres, havendo opinado 09 (nove) ex-cursistas que se declararam do sexo feminino e 10 (dez) do sexo masculino.

Ao analisar a faixa etária dos ex-cursistas, quando no gozo do projeto, verifica-se uma preponderância nas idades compreendidas entre 16 e 18 anos e aqueles que afirmaram ter mais de 18 anos quando participantes do projeto como pode ser representado no gráfico seguinte:

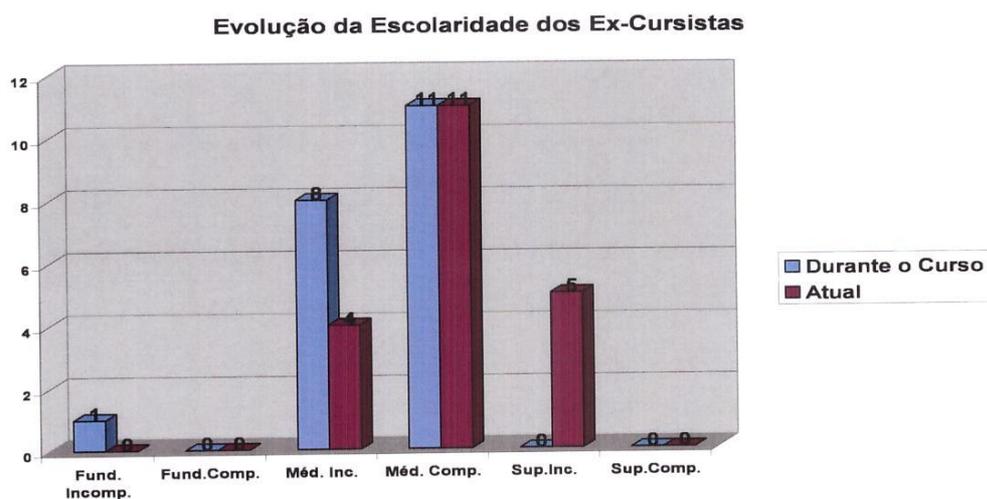
Figura 1 – Gráfico da faixa etária dos ex-cursistas pesquisados



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pelo autor.

A escolaridade dos ex-cursistas também foi aferida através de duas perspectivas, a escolaridade durante o projeto em lide e a escolaridade atual, tendo por resultados os valores que compõem o gráfico a seguir.

Figura 2 – Gráfico com as escolaridades dos ex-cursistas, à época do projeto e atualmente



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pelo autor.

Destacam-se as seguintes evoluções, segundo os dados da pesquisa: um participante do projeto que frequentava o ensino Fundamental II, hoje possui o ensino médio completo;

três cursavam o ensino médio e o concluíram; outros três, à época do projeto, já possuíam o ensino médio concluído e hoje cursam o ensino superior; e outros dois tinham o ensino médio incompleto, e concluíram e cursam o ensino superior atualmente.

Diante dos resultados fica claro a evolução da escolaridade dos adolescentes e jovens que participaram do projeto.

4.2. Respostas à pergunta base, por parte dos ex-cursistas

Como pode ser observado no Apêndice A, o questionário em sua segunda lauda possuía a seguinte pergunta base: “Após ser Cursista do Projeto Jovem Salvar, em especial das experiências vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros, você:”, seguida de doze indagações que pretendiam aferir a influência do projeto para a melhoria das relações familiares e sociais (na vizinhança do adolescente/jovem e escola), melhoria no rendimento escolar e preparação para a vida profissional, além de uma série de outras percepções ligadas a esses temas. Havendo apenas a possibilidade de responder “SIM” ou “NÃO”.

O resultado pode ser observado na tabela em sequência:

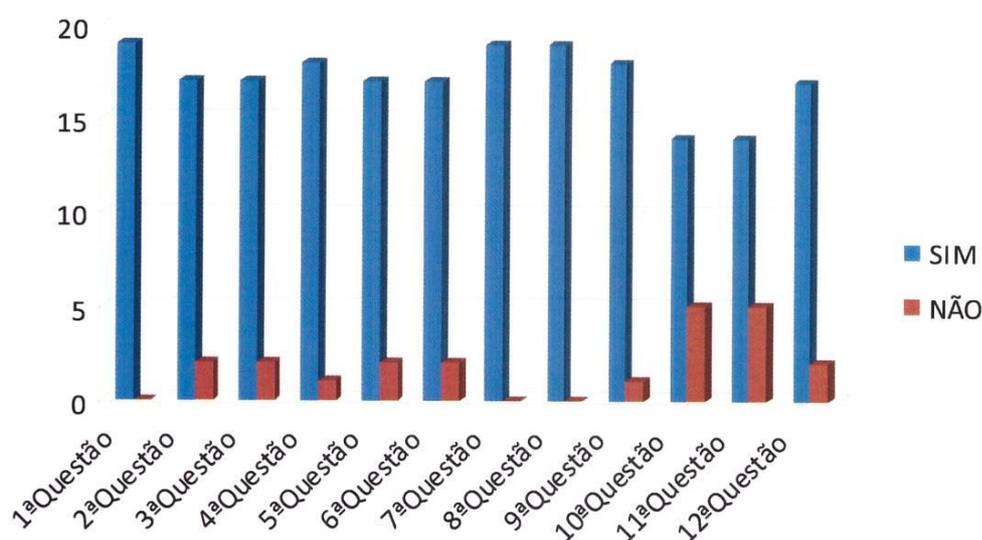
Tabela 1 - Respostas dos ex-cursistas

Após ser cursista do Projeto Jovem Salvar, em especial das experiências vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros, você:		
Marque Sim ou Não	SIM	NÃO
Melhorou seu relacionamento com sua família ou responsáveis legais?	19	0
Melhorou seu relacionamento com as pessoas da comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?	17	2
Melhorou seu relacionamento com os professores e profissionais da escola?	17	2
Melhorou seu relacionamento com os colegas de escola?	18	1
Obteve melhor rendimento escolar?	17	2
Sentiu-se mais bem recebido pela comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?	17	2
Sentiu-se mais acolhido pela família ou responsáveis legais?	19	0
Sentiu-se mais capacitado para ajudar as pessoas da comunidade (Rua, Bairro)?	19	0
Sentiu-se mais capacitado para o mercado de trabalho?	18	1
Conseguiu um emprego ou ocupação após o projeto?	14	5
Tendo conseguido emprego ou ocupação, acredita que o projeto ajudou nesta conquista?	14	5

Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pelo autor.

Verifica-se, em princípio, uma avaliação bastante positiva dos ex-discentes do projeto em relação às questões propostas, sobretudo quanto ao relacionamento familiar e a capacidade de ajudar sua comunidade, onde foram unânimes. Outros pontos como o relacionamento com colegas e a melhoria no rendimento escolar também foram muito bem avaliados. De uma forma geral os respondentes acreditam que dentre as questões suscitadas a resposta predominante é “SIM”. Em uma projeção gráfica tem-se:

Figura 3 – Gráfico das respostas dos ex-cursistas à pergunta base



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pelo autor.

Chamam a atenção as questões décima e décima primeira, que aparentemente podem estimar uma avaliação razoável, contudo as perguntas suscitam, se, após o projeto, o jovem conseguiu um emprego ou ocupação, respondida por 14 com “SIM”, não fechando questão ou estabelecendo uma relação de causa e efeito direto, tem-se um indício de que mais de 73% dos entrevistados podem ter sido beneficiados com uma vaga de trabalho pela participação no projeto e pelas consequentes competências adquiridas.

No próximo tópico vai ser analisada a percepção dos familiares dos ex-cursistas quanto à relevância do projeto para vida dos adolescentes e jovens.

4.3. Respostas à pergunta base, por parte dos familiares dos ex-cursistas

Neste tópico analisam-se as respostas dos familiares dos ex-cursistas na segunda lauda do questionário de pesquisa, que também possuía doze questões idênticas a dos cursistas e uma pergunta base bastante semelhante: “Após seu familiar ser cursista do Projeto Jovem Salvar, em especial das experiências vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros, você acredita que ele:”, respondida conforme se vê na tabela a seguir:

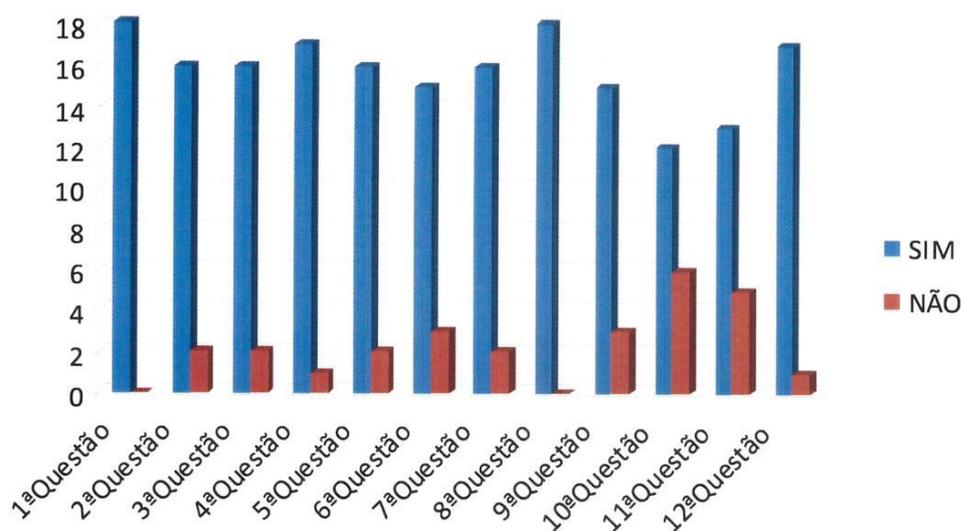
Tabela 2 – Respostas dos familiares dos ex-cursistas à pergunta base

Após seu familiar ser cursista do Projeto Jovem Salvar, em especial das experiências vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros, você:		
Marque Sim ou Não	SIM	NÃO
Melhorou seu relacionamento com sua família ou responsáveis legais?	18	0
Melhorou seu relacionamento com as pessoas da comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?	16	2
Melhorou seu relacionamento com os professores e profissionais da escola?	16	2
Melhorou seu relacionamento com os colegas de escola?	17	1
Obteve melhor rendimento escolar?	16	2
Sentiu-se mais bem recebido pela comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?	15	3
Sentiu-se mais acolhido pela família ou responsáveis legais?	16	2
Sentiu-se mais capacitado para ajudar as pessoas da comunidade (Rua, Bairro)?	18	0
Sentiu-se mais capacitado para o mercado de trabalho?	15	3
Conseguiu um emprego ou ocupação após o projeto?	12	6
Tendo conseguido emprego ou ocupação, acredita que o projeto ajudou nesta conquista?	13	5
Caso você fosse convidado a participar do projeto hoje, iria participar?	17	1

Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pelo autor.

Constata-se uma semelhança bastante intensa entre as respostas dos familiares e as dos ex-cursistas, apontando para um balanço bem positivo das questões elencadas. Observa-se a seguir o gráfico com as respostas:

Figura 4 – Gráfico das respostas dos familiares dos ex-cursistas à pergunta base



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pelo autor.

Os padrões semelhantes inspiram uma efetividade do projeto, observando duas amostras complementares em suas percepções, o jovem cursista que experimentou o Projeto e seus familiares principais “receptores” destes jovens após a experiência.

4.4. Análise das Respostas dos questionários

Examinando as respostas por questão, pode-se intuir algumas discussões, como: Para a primeira pergunta: “Melhorou seu relacionamento com sua família ou responsáveis legais?” A unanimidade de respostas “Sim” para ex-cursistas e familiares, salta aos olhos fazendo crer que a experiência dos cursistas no projeto, a partir das impressões colhidas, ofertou efetivamente uma melhoria no relacionamento familiar, impressão esta reforçada pelo lapso de tempo entre o término do curso e a aferição de campo.

Quanto ao segundo questionamento: “Melhorou seu relacionamento com as pessoas da comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?” Percebe-se uma pequena diferença em relação ao questionamento inicial onde duas respostas, em ambas aferições jovens e seus familiares, apontam que “Não” houve uma melhoria do relacionamento do ex-cursista com a comunidade do seu entorno, contudo ainda houve uma grande maioria de respostas “Sim”, possibilitando um debate sobre esta pequena diferença, relacionamento intra-familiar e com a comunidade.

No terceiro item aferido: “Melhorou seu relacionamento com os professores e profissionais da escola?” Uma semelhança muito grande com o questionamento relativo à

comunidade, com duas respostas “Não” nos dois blocos de aferição, enfatizando-se a maior parte das respostas “Sim”.

A quarta pergunta suscita: “Melhorou seu relacionamento com os colegas de escola?” Apresentando respostas “Sim” para maioria dos pesquisados, tanto dos ex-cursistas quanto de seus familiares, restando uma resposta “Não” em cada bloco de aferições, refletindo uma percepção positiva.

O quinto questionamento: “Obteve melhor rendimento escolar?” Que inspiraria, inicialmente, certa objetividade, várias respostas apontaram “Sim”, contudo registra-se duas respostas “Não” em ambas as aferições (jovens e familiares). Enfatiza-se que esta positividade das respostas se coaduna com a evolução da escolaridade representada na figura 2, deste capítulo, onde se observa uma dinâmica evolutiva na escolaridade dos ex-cursistas, mostrando que a grande maioria evoluiu nas fases de estudo regular e superior, quando comparados ao período do projeto.

A questão a seguir propõe: “Sentiu-se mais bem recebido pela comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?” Iniciando questionamentos ainda mais intuitivos, a partir do verbo sentir. Tal questão teve uma pequena diferença entre as respostas dos ex-discentes do projeto e seus familiares, com duas e três respostas “Não” respectivamente, imputando que os jovens se sentiram levemente mais bem recebidos, do que seus familiares intuem ou “sentem”.

Com relação à pergunta seguinte: “Sentiu-se mais acolhido pela família ou responsáveis legais?” Têm-se a maior diferença de percepção entre ex-discentes e seus familiares, enquanto os jovens unanimemente se sentiram mais bem recebidos pelas famílias, ratificando o primeiro questionamento, seus familiares em dois dos dezoito questionários, responderam que “Não”, que acreditavam que os jovens não se sentiram mais acolhidos pela família.

No questionamento a seguir: “Sentiu-se mais capacitado para ajudar as pessoas da comunidade (Rua, Bairro)?” Há uma concordância inequívoca entre todos os respondentes, sendo ex-cursistas e familiares, quanto à capacitação para ajudar a comunidade, impressão fortalecida, se intui, pela atividade comunitária desenvolvida durante o projeto.

Ao tratar da aplicabilidade, do apreendido no projeto para a vida profissional perguntou-se: “Sentiu-se mais capacitado para o mercado de trabalho?” As respostas foram um pouco diferentes entre jovens e seus familiares, com uma e três respostas “Não” respectivamente. Provavelmente associados a alguns jovens ainda não terem conseguido um lugar no mercado de trabalho após o projeto, como se verá a seguir. Chama atenção ainda

um descolamento da capacitação para auxiliar a comunidade em relação à capacidade para o mercado de trabalho.

Na questão seguinte se pergunta objetivamente: “Conseguiu um emprego ou ocupação após o projeto?” Trazendo cinco respostas “Não” para os ex-cursistas, parecendo existir certa objetividade, contudo e por eliminação, quatorze jovens afirmam que conseguiram um emprego após o projeto, um índice alvissareiro de empregados ou ocupados.

Ao relacionar esta conquista ao projeto perguntou-se: “Tendo conseguido emprego ou ocupação, acredita que o projeto ajudou nesta conquista?” Cinco respostas de cada grupo (ex-cursistas e familiares) foram “Não”, coadunadas com a resposta anterior. O que chama atenção nesta questão é que todos os jovens empregados ou com ocupação, após o projeto, acreditam que o projeto o ajudou nesta conquista.

Na questão finda a indicação do projeto a um amigo é suscitada. Tendo dois jovens e apenas um familiar respondido “Não”. Passando uma impressão de positividade do projeto percebida por grande parte dos jovens e principalmente seus familiares.

4.5. Discussão dos Resultados

Não apenas na pesquisa de campo, mais também na análise dos relatórios e demais documentos do Projeto Jovem Salvar, vê-se uma significativa e positiva percepção, sobretudo dos ex-cursistas da efetividade do projeto. Estes atribuem que após passar pelas experiências do projeto “em especial (...) as vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros” suas relações familiares, com a comunidade e com os que fazem a escola melhorou e que sentiram-se mais acolhidos e bem recebidos, pela família e comunidade.

Afirmam, através de suas respostas, que estão mais preparados para o mercado de trabalho e para trabalhos comunitários, e se observa que uma quantidade significativa relaciona a oportunidade de trabalho as competências e formação apreendidas no projeto.

Outro ponto aferido que merece reflexão é a evolução dos ex-discentes dentro do contexto da educação formal, onde uma significativa parte afirma ter avançado nas “etapas” da vida escolar, tendo cinco ex-cursistas, dos vinte pesquisados, afirmado que hoje frequentam um curso superior.

Sem dúvida esta pesquisa de campo enseja um aprofundamento, como o acompanhamento da percepção de outros atores do processo, como os professores e colegas do ensino formal, pessoas da comunidade, e também análises objetivas do rendimento escolar e da evolução pedagógica, entre outros, para estabelecer uma relação de causa e efeito inequívoca. Estas pesquisas podem ser realizadas e serão benéficas para a composição de um

cenário mais completo. Porém se pode afirmar que os resultados iniciais são um forte indício para a comprovação da hipótese criada a partir do problema de pesquisa, que o Projeto Jovem Salvar, sobretudo no âmbito do Corpo de Bombeiros, contribuiu para a vida dos ex-cursistas, que viviam em situação de alta vulnerabilidade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditando na importância do Projeto Jovem Salvar para a concretização dos direitos da criança e do adolescente no Estado de Pernambuco, a presente pesquisa pretendeu investigar os impactos do mesmo para mudança no cotidiano social dos assistidos, visando sua possível efetivação como política pública no Estado de Pernambuco.

Para dar conta do objetivo proposto o estudo buscou através da pesquisa exploratória (bibliográfica e documental), fazer o levantamento bibliográfico na área de segurança pública, direitos da criança e do adolescente e projetos sociais para adolescentes desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, com ênfase no Projeto Jovem Salvar. Além disso, lançou mão da pesquisa descritiva através da elaboração e aplicação de questionário aos cursistas e seus familiares, visando a coletar suas impressões quanto à relevância do projeto para mudança no cotidiano social dos adolescentes e jovens. De posse dos dados coletados, foi procedida a análise através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, visando a propiciar uma avaliação do projeto, a melhorar sua efetividade e/ou a subsidiar decisões sobre a criação de novos projetos e/ou programas.

Na literatura científica sobre a temática, há inúmeras abordagens, métodos e modelos analíticos no campo da avaliação de projetos sociais. Neste trabalho foram descritos diversos conceitos e estabelecidas algumas estratégias para facilitar o entendimento das linhas mestras do Projeto Jovem Salvar promovido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, principalmente na análise dos resultados obtidos dentro de uma avaliação dos impactos na vida dos cursistas.

Assim, este trabalho foi dividido em três capítulos: inicialmente, no primeiro capítulo, foram tratados alguns conceitos no campo da avaliação e indicadores de resultado.

No segundo capítulo foi descrita a importância de se inserir aspectos éticos na dinâmica dos projetos sociais. Este capítulo foi dividido em duas partes: a primeira procurou conceituar ética de acordo com autores consagrados. A segunda parte do capítulo trouxe uma reflexão sobre a inclusão social como contraponto das formas de discriminação.

No terceiro capítulo, foram tratados aspectos relevantes sobre a inserção da convivência familiar e comunitária nos projetos sociais. Este capítulo foi dividido em duas partes: A primeira tratou da definição legal de família e uma reflexão sobre os diversos arranjos familiares, considerando o contexto sociocultural que estão inseridas. A segunda parte trouxe aspectos que evidenciam a importância da convivência familiar e comunitária para a criança e

o adolescente, reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais.

No quarto capítulo foram elencados os resultados e a discussão dos dados coletados por ocasião da pesquisa descritiva, visando traduzir as impressões dos cursistas e seus familiares e/ou responsáveis da relevância do Projeto Jovem Salvar para a vida dos assistidos.

Como conclusão da pesquisa pode-se afirmar que os resultados iniciais trouxeram um forte indício para a comprovação da hipótese criada a partir do problema de pesquisa, que o Projeto Jovem Salvar promovido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco contribuiu para a vida dos ex-cursistas que viviam em situação de alta vulnerabilidade social no bairro do Ibura, o que o credencia a se efetivar como política pública no Estado de Pernambuco, contribuindo na concretização dos direitos da criança e do adolescente.

Recomenda-se que outras pesquisas, sobretudo qualitativas, sejam implementadas para o estabelecimento de causa e efeito da implantação do projeto e a melhoria nas condições de vida dos jovens.

Recomenda-se ainda uma nova preocupação avaliatória dos projetos sociais no Estado de Pernambuco, buscando a questão finalística de mudança real, nas relações familiares, comunitárias e a inserção de uma cidadania completa, inclusive com trabalho e renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. S. K et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

ARMANI, D. **Como elaborar projetos** – Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2001.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral** – A busca de fundamentos. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília-DF: Conanda, 2006.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – rev. E atual. – Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006** / Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília: CONANDA/DF, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da consolidação das leis do trabalho-CLT. DOU de 20 de dezembro de 2000.

CASTRO, E. V. de. (1987). **A fabricação do corpo na sociedade xinguana**. In J. P. de Oliveira Filho (Org.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil* (pp. 31-41). Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ.

CECCHETTO, Fátima; MONTEIRO, Simone. **Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina**. Ver. Estud. Fem., jan./abr. 2006, vol. 14, n.1, p. 199-218. ISSN 0104-026X.

CHIANCA, T. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FACHIN, Melina G. **Fundamentos dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FIRMO, M. Fátima C. **A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FONSECA, C. (2001). **A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea**. In Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da Sociedade Brasileira”. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira.

GALLO, Sílvio. **Ética e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1995.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas.1996. p.45-61.

- JUSTO, H. **Você também é diferente: psicologia diferencial**. Petrópolis: Vozes, 1997
- LÉVI-STRAUSS, C. (1974). Introdução: a obra de Marcel Mauss. In M. Mauss, **Sociologia e antropologia** (Vol. II, pp. 1-36). São Paulo: E.P.U; EDUSP.
- MARINO, E. **Manual de avaliação de projetos sociais**. São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1 ed, 1998.
- NASCIUTI, Jacyara C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, Regina H. De Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à automia**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- NOVAES, Regina. MAFRA, Clara. (Org.) **Juventude: conflito e sociedade**. Comunicações do ISER, nº 50, ano 17, 1998.
- PERNAMBUCO. **Constituição do Estado de Pernambuco**. Recife, PE: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1989.
- PERNAMBUCO. **Lei nº 12.153, de 26 de dezembro de 2001**. Altera a Lei nº 11.199, de 30 de janeiro de 1995, e dá outras providências. DOU nº 242 de 27 de dezembro de 2001.
- SARTI, C. (1996). **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- SZYMANSKI, H. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Editora Plano, 2002.
- TAKASHIMA G. M. **O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis-uma questão de postura**. In S.M. Kaloustin (org.). **Família brasileira, a base de tudo**, Unicef-Cortez, Brasília-São Paulo, 1998
- TOMMASI, Livia de. **Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras**. JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud, jan.-jun. 2005, Ano 9, nº 22, México, DF, p. 246-267.
- UNESCO. **Guia de monitoramento e avaliação de projetos baseados em comunidades**, Paris, 2009.
- VALARELLI, L. **Indicadores de resultados de projetos sociais**. In: Apoi a Gestão. Rio de Janeiro; site da RITS, 1999; Artigo.
- VANNUCHI (Org.), **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- WINNICOTT, Donald W. [1950]. Sobre a criança carente e como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 3ª ed. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZALUAR, A. (1985). **A máquina e a revolta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS CURSISTAS.

Pesquisador: Daniel Ferreira de Lima Filho – Aluno do Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente na UFRPE.

Objetivo Geral: Avaliar os impactos do Projeto Jovem Salvar na vida dos cursistas, visando sua possível efetivação como política pública no Estado de Pernambuco.

Metodologia: Para dar conta do objetivo proposto o estudo buscará através da pesquisa exploratória (bibliográfica e documental) fazer o levantamento bibliográfico na área de segurança pública, direitos da criança e do adolescente e projetos sociais para adolescentes desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, com ênfase no Projeto Jovem Salvar. Além disso, lançará mão da pesquisa descritiva através da elaboração e aplicação de questionário aos cursistas e seus familiares, visando coletar suas impressões quanto à relevância do projeto para mudança no cotidiano social dos assistidos. De posse dos dados coletados, será feita a análise dos mesmos através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, visando propiciar uma análise do projeto, melhorar sua efetividade e/ou subsidiar decisões sobre a criação de novos projetos e/ou programas.

Riscos e Desconfortos: Em princípio inexistentes.

Benefícios: Após o término da pesquisa espera-se um diagnóstico dos impactos do Projeto Jovem Salvar para a vida dos cursistas, sendo este um possível subsídio para a promoção da expansão e do fortalecimento do mesmo.

Direitos do Sujeito Pesquisado:

1. Garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta;
2. Liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si;
3. Garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações.

Dúvidas e Esclarecimentos: Daniel Ferreira de Lima Filho, Av. João de Barros, nº 399, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.050-180, telefone para contato: (81)3182-9117/3182-9192.

Eu, _____,
(pesquisado), abaixo assinado, tendo recebido todos os esclarecimentos acima citados, e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo toda documentação necessária à divulgação e a publicação em periódicos, revistas bem como apresentação em congressos, *workshops* e quaisquer eventos de caráter científico.

Local: _____

Data ___ / ___ / ___

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pesquisado

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Pesquisa: PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS CURSISTAS.

QUESTIONÁRIO CURSISTA

1- Instruções de Preenchimento do Questionário
<p>O presente levantamento tem como objetivo avaliar junto aos Cursistas do Projeto Jovem Salvar, promovido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, as possíveis contribuições que esta experiência proporcionou na vida dos jovens assistidos.</p> <p>Todas as questões devem ser respondidas com a marcação de um (X) no “SIM” ou “NÃO”, de acordo com sua percepção. Qualquer dúvida poderá ser retirada pelo aplicador do questionário.</p>
1- Dados do Cursista
<p>Faixa etária no início do Projeto Jovem Salvar (2009):</p> <p>() Menos de 14 anos () Entre 14 e 16 anos () Entre 16 e 18 anos () Mais de 18 anos</p>
<p>Gênero:</p> <p>() Masculino () Feminino</p>
<p>Escolaridade na época do projeto:</p> <p>() Fundamental 1 () Fundamental 2 () Ensino Médio () Superior</p> <p>Condição:</p> <p>() Completo () Incompleto</p>
<p>Escolaridade atual:</p> <p>() Fundamental 1 () Fundamental 2 () Ensino Médio () Superior</p> <p>Condição:</p> <p>() Completo () Incompleto</p>

CONTINUAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA: PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS CURSISTAS

Após ser cursista do Projeto Jovem Salvar, em especial considerando as experiências vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros, você:		
Marque Sim ou Não	SIM	NÃO
Melhorou seu relacionamento com sua família ou responsáveis legais?		
Melhorou seu relacionamento com as pessoas da comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?		
Melhorou seu relacionamento com os professores e profissionais da escola?		
Melhorou seu relacionamento com os colegas de escola?		
Obteve melhor rendimento escolar?		
Sentiu-se mais bem recebido pela comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?		
Sentiu-se mais acolhido pela família ou responsáveis legais?		
Sentiu-se mais capacitado para ajudar as pessoas da comunidade (Rua, Bairro)?		
Sentiu-se mais capacitado para o mercado de trabalho?		
Conseguiu um emprego ou ocupação após o projeto?		
Tendo conseguido emprego ou ocupação, acredita que o projeto ajudou nesta conquista?		
Indicaria para um amigo a participação no Projeto?		

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Pesquisa: PROJETO JOVEM SALVAR PROMOVIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NA VIDA DOS CURSISTAS.

QUESTIONÁRIO FAMILIAR OU RESPONSÁVEL

1- Instruções de Preenchimento do Questionário
<p>O presente levantamento tem como objetivo avaliar junto aos familiares dos cursistas do Projeto Jovem Salvar promovido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco as possíveis contribuições que esta experiência proporcionou na vida dos jovens assistidos.</p> <p>Todas as questões devem ser respondidas com a marcação de um (X) no “SIM” ou “NÃO”, de acordo com sua percepção. Qualquer dúvida poderá ser retirada pelo aplicador do formulário.</p>
1- Dados do Cursista
<p>Faixa etária no início do Projeto Jovem Salvar (2009):</p> <p>() Menos de 14 anos () Entre 14 e 16 anos () Entre 16 e 18 anos () Mais de 18 anos</p>
<p>Gênero:</p> <p>() Masculino () Feminino</p>
<p>Escolaridade na época do curso:</p> <p>() Fundamental 1 () Fundamental 2 () Ensino Médio () Superior () Não Sabe</p> <p>Condição:</p> <p>() Completo () Incompleto</p>
<p>Escolaridade Atual:</p> <p>() Fundamental 1 () Fundamental 2 () Ensino Médio () Superior () Não Sabe</p> <p>Condição:</p> <p>() Completo () Incompleto</p>

CONTINUAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROJETO JOVENS SALVAR, NO ÂMBITO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO, NA VIDA DOS CURSISTAS

Após seu familiar ser cursista do Projeto Jovem Salvar, em especial considerando as experiências vivenciadas no âmbito do Corpo de Bombeiros, você acredita que ele:		
Marque Sim ou Não	SIM	NÃO
Melhorou seu relacionamento com sua família ou responsáveis legais?		
Melhorou seu relacionamento com as pessoas da comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?		
Melhorou seu relacionamento com os professores e profissionais da escola?		
Melhorou seu relacionamento com os colegas de escola?		
Obteve melhor rendimento escolar?		
Sentiu-se mais bem recebido pela comunidade (Rua, Bairro, Localidade)?		
Sentiu-se mais acolhido pela família ou responsáveis legais?		
Sentiu-se mais capacitado para ajudar as pessoas da comunidade (Rua, Bairro)?		
Sentiu-se mais capacitado para o mercado de trabalho?		
Conseguiu um emprego ou ocupação após o projeto?		
Tendo conseguido emprego ou ocupação, acredita que o projeto ajudou nesta conquista?		
Indicaria para um amigo a inscrição no Projeto?		

ANEXO A





SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA ESPECIAL DA JUVENTUDE E EMPREGO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO

GOVERNO PRESENTE

**PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS NO
IBURA**



PROJETO JOVEM SALVAR
Pacto com os Jovens pela Vida



PROJETO JOVEM SALVAR

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco acredita que ainda é possível fazer muito mais por esta população carente da sociedade pernambucana não fechando os olhos para o atual crescimento dos índices de violência.

A profissionalização surge como canal para projeção de vida dos adolescentes e jovens, como forma de potencializar cada indivíduo em seu papel pessoal e social.

Não se pode mais escamotear a importância da profissionalização na nossa sociedade e em qualquer sociedade moderna em que o indivíduo é chamado em todas as circunstâncias, a partir das relações construídas, a compartilhar as suas experiências, apresentando o produto social.





ESTRUTURA GERAL

Nome do Projeto: **JOVEM SALVAR**

Duração do Curso de Formação em Brigadista Comunitário: **04 semanas**

Duração dos Cursos Qualificação Profissional: **06 meses**

Duração do Curso de Guardiã de Piscina: **08 semanas**

Período de Captação de Emprego: **03 meses**

Realização do Programa de Ação Comunitária: **12 meses (contra-turno)**

Período de duração de cada Projeto (turma de 100 alunos): **01 ano**

Órgão Gestor: **Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE**

Unidade de apoio: **Centro de Ensino e Instrução do CBMPE**



PÚBLICO ALVO

Jovens e adolescentes de 16 a 24 anos em situação de risco social, primordialmente aqueles que forem indicados e selecionados pela comunidade através da Secretaria Especial da Juventude e Emprego - SEJE, dentro dos critérios estabelecidos.





CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

1. Integrante de família que tem a mãe como provedora.
2. Renda familiar abaixo de 2 salários mínimos.
3. Pai jovem, com idade de 16 a 24 anos.
4. Registrado no alistamento militar e não incorporado.
5. Jovens matriculados na escola pública estadual.
6. Jovens em situação de risco social



RESUMO DO PROJETO



O referido projeto visa capacitar jovens e adolescentes de 16 a 24 anos, em situação de risco social, das comunidades selecionadas pelo Programa Governo Presente, do Pacto pela Vida. Estes jovens serão indicados pela comunidade, priorizando os critérios anteriormente mencionados e submetidos a um teste simplificado de Português e Matemática pela SEJE.

Inicialmente os alunos receberão do Corpo de Bombeiros Militar um Curso de Formação de Brigadista Comunitário (Bombeiro Civil), composto de 240 h/a em 3 meses (Prevenção e Combate a Incêndios, Primeiros Socorros, Evacuação de local de sinistro e o Curso de Guardião de Piscina /Emergências Aquáticas).

Programa de Ações Comunitárias: campanhas de vacinação e contra a dengue, preservação do meio ambiente, prevenção de acidentes no lar e ações cívico-sociais.





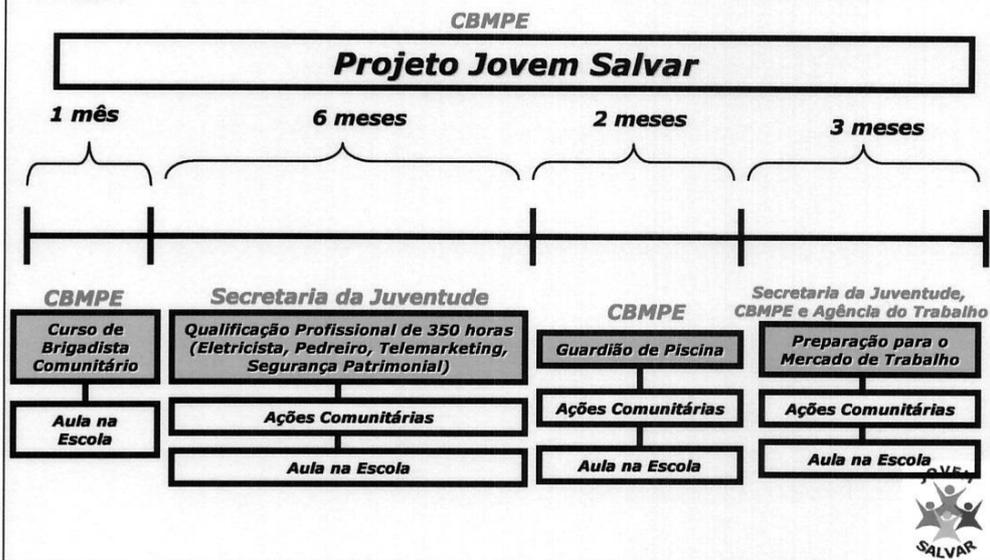
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Concluído o Curso de Formação de Brigadistas Comunitários, todos serão matriculados em Cursos de Qualificação Profissional (Eletricista, Pedreiro, Telemarketing ou garçom).

Esses cursos serão executados pela Secretaria Especial de Juventude e Emprego, durante o período de até 02 meses, com estágio supervisionado pelo CBMPE, de acordo com o Programa de Ações Comunitárias.



CRONOGRAMA DA FORMAÇÃO





QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL 1ª Turma - IBURA

CURSO	VAGAS
Eletricista	25
Pedreiro	25
Telemarketing	25
Segurança Patrimonial	25
Total	100 alunos



OBJETIVO GERAL



Preparar jovens e adolescentes carentes, de 16 a 24 anos, das comunidades selecionadas pelo Programa Governo Presente, do Pacto pela Vida, que estejam em situação de risco social, para o exercício da cidadania.



Fonte: arquivo fotográfico do JEPOM – São Vicente - SP

Fonte: arquivo fotográfico do SALVAR – CBMPE




OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar através do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco o Curso de Formação em Brigadista Comunitário para jovens das comunidades selecionadas pelo Programa Governo Presente, do Pacto pela Vida.

- Realizar através da Secretaria Especial da Juventude e Emprego Cursos de Qualificação Profissional nas áreas de Informática, Telemarketing, Pedreiro, Paisagismo, Turismo e outras julgadas prioritárias pela Coordenação, frente ao mercado de trabalho local.
- Inserir socialmente os jovens nas suas comunidades por meio da realização de atividades definidas no Programa de Ações Comunitárias monitoradas pelo CBMPE.
- Preparar os jovens para o mercado de trabalho.



CARACTERÍSTICAS E QUALIDADES QUE DÃO FORÇA AO PROJETO FRENTE A AMBIÊNCIA CRIMINOSA DE RISCO

1. Os valores, tais como: a boa imagem, a credibilidade e o reconhecimento que a população tem do Corpo de Bombeiros Militar são transferidos a todos os participantes do projeto.
2. Garantia do recebimento da Bolsa de estudo no valor de R\$ 120,00/mês durante os 12 meses, ajudando a renda familiar.
3. A valorização na sociedade, pela capacitação profissional em Brigadista Comunitário e Guardião de Piscina, com duração de 1 mês e 2 meses respectivamente. (Com o estágio de ações diversas orientado pelo CBMPE nas escolas, no trânsito nas vias públicas, residências, etc).
4. Entronização dos valores do Corpo de Bombeiros nos jovens Brigadistas, tais como: civismo, ética, disciplina, hierarquia, solidariedade, trabalho de equipe, heroísmo, etc.





CARACTERÍSTICAS E QUALIDADES QUE DÃO FORÇA AO PROJETO FRENTE A AMBIÊNCIA CRIMINOSA DE RISCO

5. Ser valorizado pela qualificação profissional durante 11 meses, pela realização de cursos técnicos básicos nas áreas de: turismo, informática, arte/cultura e paisagismo).
6. Ter identidade social e valor no seio da sociedade (família, crianças, amigos, adultos, empresas, poder público e outras famílias).
7. Aquisição da autoconfiança profissional perante o mercado de trabalho, com razoável possibilidade de ser empregado com carteira assinada após 12 meses, através de um banco de dados de empregos (no Estado, Prefeituras, Comércio, Indústria, Condomínios Residenciais, Shopping Centers, ONG's, entre outros).
8. Fazer parte de um grupo de jovens de elite na comunidade, devidamente identificado com disciplina e acompanhado por monitores da Corporação, nas várias ações comunitárias em um turno do dia.

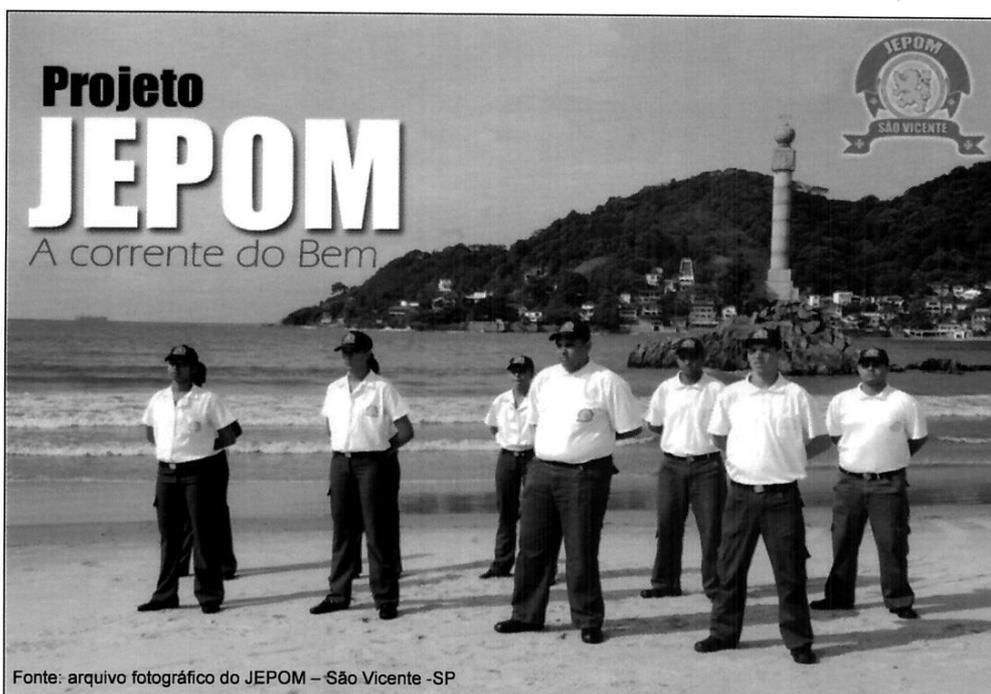


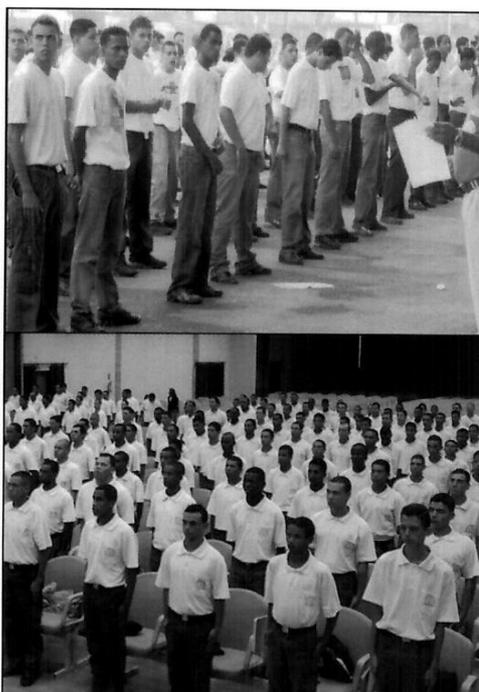
PROJETO JOVEM SALVAR

REFERÊNCIAS

- Experiência adquirida através do Projeto Salvar, do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.
- Projeto JEPOM (São Vicente – SP)







PLANEJAMENTO - AÇÕES

- 1- CONSTRUÇÃO DO PROJETO JOVEM SALVAR.**
- 2 - COMPOSIÇÃO DA EQUIPE** Coordenação, Instrutores e Monitores.
- 3 - CRIAÇÃO e ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS NO CBMPE.**
- 4 - CONTATO COM AS PARCERIAS.**
- 5 - IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS COMUNITÁRIOS.**
- 6 - ARTICULAÇÃO COM AS COMUNIDADES SELECIONADAS.**
- 7 - IMPLANTAÇÃO e MONITORAMENTO DAS AÇÕES NA COMUNIDADE.**



FASES DO PROJETO



- 1- Seleção:** através de Projetos já existentes do governo do Estado, indicação das lideranças comunitárias e jovens dispensados do serviço militar obrigatório.
- 2- Formação:** Brigadas de incêndio, Primeiros socorros, Cidadania, Meio ambiente, Legislação de Trânsito e Defesa Civil.
- 3- Programa de Ações Comunitárias:** campanhas de vacinação e contra a dengue, preservação do meio ambiente, conservação de praças – paisagismo, arte educador.
- 4- Cursos de Qualificação Técnica :** Jardinagem, Manutenção de Micro, Operador de Micro, Digitalização de documentos, Enfermagem, Turismo, Telemarketing e Guardião de Piscina.
- 5- Monitoramento:** através dos Coordenadores e monitores do projeto.
- 6- Inserção no Mercado de Trabalho:** através de parcerias com a iniciativa privada e órgãos públicos.



Programa de Ações no
Bairro



1- Observar, monitorar e informar as autoridades ou órgãos municipais e estaduais todas as alterações e problemas inerentes às questões urbanas locais nas ruas, praças, e áreas como: acúmulo de lixo, buracos nas vias, instalações elétricas, arborização, intempéries, entupimentos em galerias fluviais, esgotamento sanitário, pontos de ônibus, conservação das praças e academias da cidade e conservação de equipamento urbanos diversos.

2- Visitar as residências para troca do Kit de fogão de cozinha e observações de segurança preventiva quanto à instalações elétricas, riscos diversos de acidentes quanto a crianças e possíveis princípios de incêndios. Verificação visual da condição de risco de desabamento ou desmoronamento inerente a residências, entrega de panfletos preventivos educativos para prevenção à acidentes e riscos diversos.

3- Desenvolver ações preventivas na área de saúde pública como: ações preventivas para exterminar os vetores do mosquito da dengue, ou seja, eliminação dos focos existentes e prevenção contra novos focos; verificação da pressão arterial de adultos e idosos; verificação da existência de pessoas com deficiência e doenças crônicas para possível ajuda na área de saúde pública.



Programa de Ações no
Bairro



4- Exercer um trabalho de apoio ao trânsito com ações nos cruzamentos mais movimentados, ajudando as pessoas, a guarda municipal e/ou Polícia Militar na área, servindo como multiplicador de comportamentos preventivos e seguros.

5- Apoiar como socorrista as pessoas em caso de mal súbito, acidentes em residências e no trânsito, bem como doenças que possam vitimar idosos, crianças, gestantes e adultos nos bairros, ruas e residências, ajudando, avisando e acionando o SAMU e o Resgate do Corpo de Bombeiros Militar, para o rápido socorro.

6- Apoiar a Polícia Militar em caso de possíveis ações criminosas através de chamadas, de forma preventiva e emergencial, dentro de sua comunidade.

7- Visitar as escolas e centros comunitários, acompanhados dos monitores, para orientações de segurança preventiva nas áreas de acidentes, incêndio, drogas, saúde pública, entre outras.



 GRADE CURRICULAR	DISCIPLINA	H/A	EMENTA
	MODULO 1 ATENDIMENTO PRÉ- HOSPITALAR	20	Conhecer o perfil de um socorrista, traçado sob os aspectos legais, éticos, psicológicos e reconhecer tipos de traumatismos, hemorragias, lesões diversas, estado de choque, aplicando as técnicas de suporte básico à vida.
	MODULO 2 PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	20	Desenvolver os hábitos e reflexos necessários para que os alunos possam desempenhar satisfatoriamente ações de combate a princípios de incêndio, isolamento de áreas e evacuação de edificações.
	CIDADANIA	10	Repassar conceitos básicos de cidadania, de forma a proporcionar a inserção social do jovem, procurando conscientizá-los dos seus direitos e deveres.
	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	10	Dotar os alunos de conhecimento básico da legislação de trânsito em vigor e sua aplicabilidade.
	MEIO AMBIENTE	10	Criar, no corpo discente, a importância da preservação do meio ambiente e como podem ser um instrumento de mudança social na comunidade em que residem.
	DEFESA CIVIL	10	Conhecer as ações preventivas que devem ser adotadas na comunidade para prevenir calamidades, bem como proceder em situação de emergências.
	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	Essas Disciplinas serão implementadas de forma transversal durante todo o transcorrer do Curso de Formação do Brigadista Comunitário.	
	ORDEM UNIDA		
TOTAL : 80 h/a			

 ROTINA DIÁRIA DO CURSO	DIAS:	2ª a 6ª feira
	HORÁRIOS:	de 08:00 as 12:00 (turno manhã) de 13:00 as 17:00 (turno tarde)
	AULAS:	atendimento pré-hospitalar, prevenção e combate a incêndios, cidadania, legislação de trânsito, meio ambiente, defesa civil, educação física militar e ordem unida.
	LANCHES:	de 10 as 10:15 (turno manhã) de 15:00 as 15:15 (turno tarde)
	INÍCIO:	A definir
	FINAL:	Curso de Formação de Brigadista – 30 dias após início. Projeto Jovem Salvar – 1 ano após início.
	TRANSPORTE:	Será disponibilizado pelo Corpo de Bombeiros diariamente, da comunidade até o local das aulas, no Centro de Ensino e Instrução.



QUARDO DE TRABALHO SEMANAL - Modelo



1º Turma - Manhã

HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8 às 10h (02 aulas)	Atendimento Pré-hospitalar	Educação Física	Prevenção e Combate à Incêndio	Ordem Unida	Formatura
10 às 10:15h	Intervalo - Lanche				
10:15 às 12h (02 aulas)	Cidadania	Defesa Civil	Legislação de Trânsito	Meio Ambiente	Educação Física

2º Turma - Tarde

HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13 às 15h (02 aulas)	Atendimento Pré-hospitalar	Defesa Civil	Prevenção e Combate à Incêndio	Meio Ambiente	Formatura
15 às 15:15h	Intervalo - Lanche				
15:15 às 17h (02 aulas)	Cidadania	Educação Física	Legislação de Trânsito	Ordem Unida	Educação Física



INVESTIMENTO GERAL
(100 Alunos – Curso de Brigadista Comunitário)



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Lanches	9.000,00
2	Material Didático	2.154,00
3	Equipe para Implantação	67.200,00
4	Bolsas para Alunos	144.000,00
5	Material de Consumo – Combustível	2.595,00
6	Serviço de Recarga de Extintor	1.869,00
7	Kit Gás	40.000,00
8	Enxoval	47.590,00
9	Rádio Comunicação	15.000,00
	Per capita – MÊS	274,50
	Per capita - ANO	3.294,11
	Valor Total	329.408,00



INVESTIMENTO GERAL
(100 Alunos - Qualificação Profissional)



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Eletricista	21.150,00
2	Pedreiro	21.150,00
3	Telemarketing	21.150,00
4	Segurança Patrimonial	21.150,00
Per capita - MÊS		70,83
Per capita - ANO		850,00
Valor Total		84.600,00



INVESTIMENTO GERAL
(Brigadista Comunitário + Qualificação Profissional)



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Brigadista Comunitário	329.408,00
2	Qualificação Profissional	84.600,00
Per capita - MÊS		345,34
Per capita - ANO		4.144,11
Valor Total		414.008,00



PLANILHA DE CUSTO PARA LANCHES

INVESTIMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Kit lanche com 01(um) refrigerante 300ml, 01(um) bolo e 01(um) salgado (pastel ou coxinha)	und	2000	4,50	9.000,00
TOTAL R\$					9.000,00



PLANILHA DE MATERIAL DIDÁTICO

INVESTIMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Apostila impressa com 100 páginas A4 branca, encadernada em forma de espiral.	100	9,90	990,00
2	Pasta tipo plástica, com elástico, cor vermelha	100	3,99	399,00
3	Caneta Esferográfica Azul 0,7mm, com ponta de aço.	100	0,85	85,00
4	Bloco de notas com 100 folhas, formato 15 X 20,5 cm.	100	1,90	190,00
5	Certificados de conclusão.	100	4,90	490,00
TOTAL				2.154,00



 **PLANILHA DA EQUIPE PARA IMPLANTAÇÃO**

INVESTIMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MESES	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Coordenador	12	01	800,00	9.600,00
2	Coordenador auxiliar	12	01	700,00	8.400,00
3	Monitor geral	12	01	600,00	7.200,00
4	Secretário	12	01	500,00	6.000,00
5	Motoristas	12	02	500,00	12.000,00
6	Monitor da turma	12	04	500,00	24.000,00
TOTAL					67.200,00



 **PLANILHA DE BOLSAS PARA ALUNOS**

INVESTIMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MESES	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Alunos	12	100	120,00	144.000,00
TOTAL					144.000,00





INVESTIMENTO

PLANILHA DE COMBUSTÍVEIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Gasolina comum	300 l	2,50	750,00
2	Diesel	900 l	2,05	1.845,00
TOTAL				2.598,00

Obs: Instrução prática de combate a incêndio




INVESTIMENTO

PLANILHA DE EXTINTORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Recarga de Extintor de Pó Químico – 12 Kg	20	52,80	1.056,00
2	Recarga de Extintor de Água – 10 L	15	8,00	120,00
3	Recarga de Extintor de Gás Carbônico	15	46,20	693,00
TOTAL				1.869,00





PLANILHA DE KIT GÁS

INVESTIMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Kit Gás	1.000	40,00	40.000,00
TOTAL				40.000,00




PLANILHA DO ENXOVAL

INVESTIMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIT	TOTAL
1	Agasalho completo, 2(duas) Camisas c/ manga + Calça Jeans+ bonê)	100	144,75	14.475,00
2	Bolsa tipo mochila com Impressão	100	39,90	3.990,00
3	Kit Educação Física; 2(duas) Camisetas + 2(dois) Calções	100	44,90	4.490,00
4	Sunga	100	14,90	1.490,00
5	1(um) par de sandálias	100	5,90	590,00
6	1(um) par de Tênis cor preto	100	49,40	4.940,00
7	4(quatro) pares de Meia	100	4,99	499,00
Continuação no próximo Slide				



INVESTIMENTO	 PLANILHA DO ENXOVAL				
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIT	TOTAL
	8	Coletes	100	20,00	2.000,00
	9	Capa de Chuva	100	100,00	10.000,00
	10	Tolha de Banho	200	9,90	1.980,00
	11	Escova de dente	100	3,49	349,00
	12	Creme dental	300	1,95	585,00
	13	Sabonete para banho	1.000	0,79	790,00
	14	Saboneteira	100	2,15	215,00
	15	Desodorante tipo Rolon	300	3,99	1.197,00
TOTAL					47.590,00



INVESTIMENTO	 PLANILHA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO				
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Rádio Comunicação	100	150	15.000,00	
TOTAL					15.000,00





PLANILHA DE CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	Eletricista	25	850,00	21.150,00
2	Pedreiro	25	850,00	21.150,00
3	Telemarketing	25	850,00	21.150,00
4	Segurança Patrimonial	25	850,00	21.150,00
TOTAL				84.600,00





CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

COMPETÊNCIAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturar e implementar o Curso de Formação de Brigadista Comunitário. 2. Realizar contato com a Junta de Alistamento Militar do Recife – FFAA para relacionar os Jovens das Comunidades selecionadas pelo Programa Governo Presente. 3. Estruturar a Coordenação do Projeto JOVEM SALVAR e a criação do Núcleo de Prevenção e Ações Comunitárias dentro do CBMPE, para apoio aos projetos nas comunidades. 4. Disponibilizar Corpo Docente para ministrar o conteúdo curricular do PROJETO JOVEM SALVAR. 5. Realizar parceria com a PMPE para mobilizar instrutores nas áreas de Trânsito (BPTTran) e Meio Ambiente (CIPOMA). 6. Disponibilizar Monitores para o PROJETO JOVEM SALVAR. 7. Disponibilizar estrutura física (2 salas de aula), materiais e local próprio para aulas práticas.
---------------------	--





CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

8. Disponibilizar local próprio para realização dos lanches a serem efetuados pelo Corpo Discente durante o período de execução do projeto, pela manhã e tarde;
9. Disponibilizar meios auxiliares para o desenvolvimento teórico e prático do Projeto;
10. Disponibilizar meio de transporte diariamente para o corpo discente se deslocar ao CEI, bem como para aulas e visitas externas;
11. Providenciar ata de frequência;
12. Providenciar relatório mensal sobre o andamento do projeto, aos órgãos e entidades envolvidas;
13. Relatório de avaliação;
14. Responsabilizar-se pelos custos com o corpo docente;
15. Auxiliar a fase de seleção que será realizada pela Secretaria Especial de Articulação Social com a mobilização da comunidade.



SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

1. Formalizar parcerias com entidades, Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria Especial da Juventude e Emprego, a fim de viabilizar as Qualificações Profissionais, (Jardinagem-Meio Ambiente, Arte Cultura, Enfermagem, Montagem e Manutenção de Micro, dentre outros), bem como a inserção dos jovens no mercado de trabalho.
2. Responsabilizar-se pela coordenação da seleção e apresentação dos jovens para o CBMPE, de acordo com os critérios previamente definidos.
3. Viabilizar, junto ao Governo do Estado, os custos para realização do Projeto JOVEM SALVAR.



GESTÃO DO PROJETO



COMITÊ ESTRATÉGICO

Secretaria de Defesa Social

Secretaria Especial de Articulação Social

Secretaria Especial da Juventude e Emprego

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

COORDENAÇÃO

Maj QOC BM FERRAZ- 8513 6201 / 3182 9367
 Coordenador do Projeto e Comandante do Corpo de Alunos do CEI/CBMPE

Maj QOC BM LUIZ FERNANDO
 Coordenador Auxiliar e Chefe da Divisão de Ensino do CEI/CBMPE

Cap QOC BM DANTAS
 Monitor Geral

Mais equipe de 8 (oito) militares diretamente envolvidos.

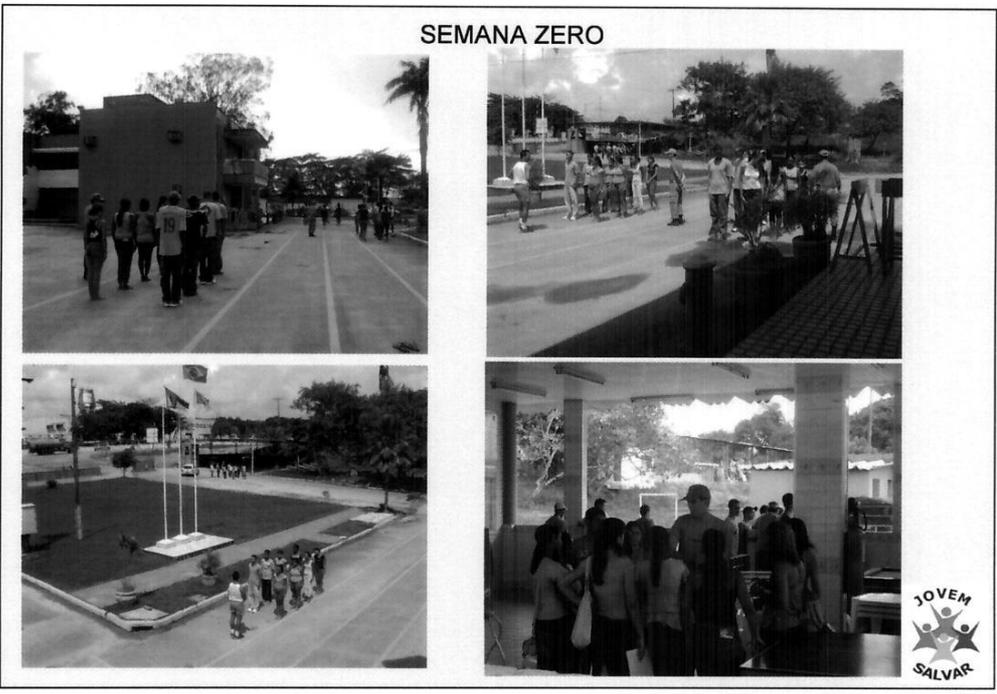
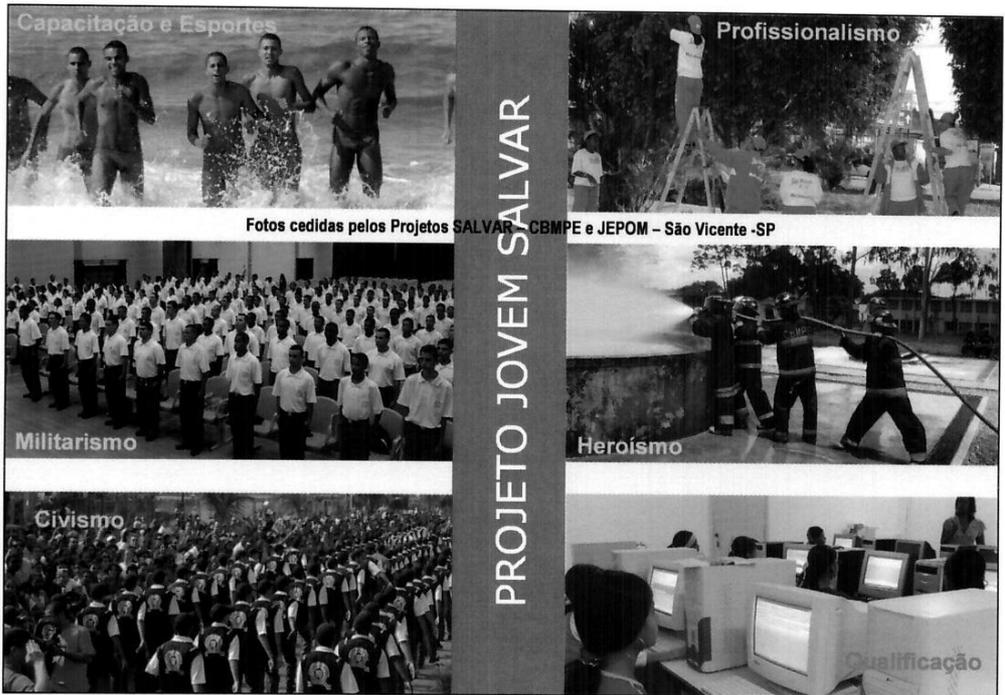


SUSTENTABILIDADE
 Possíveis Fontes de Recursos




- **PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania**
- **SENASP (FNSP) – Fundo Nacional de Segurança Pública – EIXO (Prevenção a Violência)**
- **GOVERNO DO ESTADO – Receita Orçamentária**





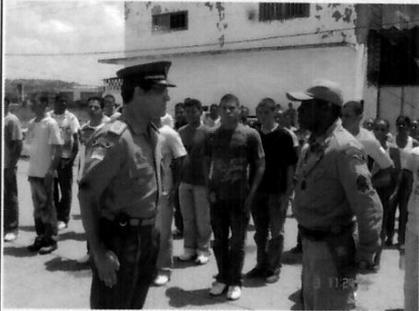
SEMANA ZERO



SEMANA ZERO



TREINAMENTO – DESFILE 07 DE SETEMBRO



TREINAMENTO – DESFILE 07 DE SETEMBRO



LANÇAMENTO DO PROJETO NA IMPRENSA



LANÇAMENTO DO PROJETO NA IMPRENSA



LANÇAMENTO DO PROJETO NA IMPRENSA



LANÇAMENTO DO PROJETO NA IMPRENSA



DESFILE 07 DE SETEMBRO



SOLENIIDADE DOS 122 ANOS DO CBMPE



ANEXO B

**S D S
A C I D E S
C E Met II**

Exemplar nº _____ de 07 cópias

Jaboatão dos Guararapes-PE

07ABR10

**PLANEJAMENTO PARA AÇÕES
COMUNITÁRIAS DO PJS**

Diretriz de Planejamento nº 001/10 – CEMet II

1. REFERÊNCIA

Determinação do Sr. Comandante Geral do CBMPE.

2. FINALIDADE

Propor ao Comando Geral, através da Coordenação do PJS, um cronograma de ações sociais do projeto.

3. OBJETIVO

Oferecer diretrizes gerais que permitam a elaboração de planejamentos específicos e ações dos segmentos envolvidos, com o fito de oportunizar aos alunos do PJS a aplicação prática, nas comunidades que integram o bairro do Ibura, dos conhecimentos técnicos e de cidadania vivenciados durante todo o projeto.

4. EXECUÇÃO

a. **Local:** Comunidades que integram o bairro do Ibura, conforme especificação contida na tabela abaixo.

b. **Período:** Meses de abril até agosto de 2010.

c. **Modalidades de Ações:**

1) **Monitoramento urbano:** Observar, monitorar e informar as autoridades ou órgãos municipais e estaduais todas as alterações e problemas inerentes às questões urbanas locais nas ruas, praças, e áreas como: acúmulo de lixo, buracos

nas vias, iluminação pública, arborização, intempéries, vazamento de água tratada, danificação de hidrantes públicos, entupimentos em galerias fluviais, pontos de alagamento, esgotamento sanitário, paradas de ônibus, conservação das praças e academias da cidade e conservação de equipamento urbanos diversos.

2) **Vistoria preventiva:** Visitar as residências para troca do Kit de fogão de cozinha e observações de segurança preventiva quanto à instalações elétricas, riscos diversos de acidentes quanto a crianças e possíveis princípios de incêndios. Verificação visual da condição de risco de desabamento ou desmoronamento inerente a residências, árvores e encostas, entrega de folhetos educativos com dicas de segurança dos Bombeiros.

3) **Palestras:** Ministras palestras educativas aos públicos da comunidade escolar pública sobre temas relativos à segurança contra incêndio e acidentes, além de outros temas relativos à cidadania.

d. Dinâmica de Intervenção:

1) Reunião de nivelamento sobre as ações comunitárias com a equipe de coordenação do PJS.

2) Agendamento e realização de reuniões mensais com lideranças comunitárias e diretores das escolas.

3) Elaboração e divulgação das escalas de serviço para execução: Serão escalados grupos de no mínimo 20 (vinte) alunos e 03 (três) Monitores por ação planejada.

4) Elaboração e distribuição da Nota de Serviço alusiva às ações sociais.

5) Reunião de nivelamento sobre as ações comunitárias com os alunos do PJS.

6) Intervenção propriamente dita:

a) Encontro no ponto de reunião, com transporte providenciado pelo CBMPE, tanto da equipe quanto dos alunos;

b) Mobilização dos recursos a serem empregados e distribuição das equipes no terreno;

c) Intervenção;

d) Reunião e feedback imediato;

e) Retorno ao Quartel da equipe e dispensa dos alunos.

7) Elaboração e distribuição de relatório.

- e. **Cronograma de Ações:** Conforme anexo "A".
- f. **Modelos de Formulários:** Conforme modelos a serem aprovados pela Coordenação do PJS.
- g. **Relatório das Ações:** Ao final do período de execução a coordenação do PJS apresentará um relatório das ações sociais realizadas, discriminando e resumindo os resultados obtidos com as ações.
- h. **Recursos Empregados:** Serão discriminados através de Nota de Serviço específica, sob a responsabilidade da coordenação do PJS, a ser distribuída aos mesmos elementos contidos na distribuição desta Dtz.

5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- a. A coordenação do PJS deverá oficiar a SEJE e a SEAS, informando o cronograma de ações contido nesta Dtz.
- b. Os casos omissos serão tratados pelo Comando do CEMet II, ouvido o Sr. Diretor de Planejamento.

LAMARTINE GOMES BARBOSA

Ten Cel BM – Cmt. do CEMet II

DISTRIBUIÇÃO

Exemplar nº 01.....	Cmt. Geral
Exemplar nº 02.....	DPIaG
Exemplar nº 03.....	DGP
Exemplar nº 04.....	CCS
Exemplar nº 05.....	CBRM
Exemplar nº 06.....	Coordenação do PJS
Exemplar nº 07.....	DA
Original.....	Cmdo. CEMet II

Anexo "A" à Dtz. Planej nº 01/10 – CEMet II

Cronograma de Ações Comunitárias do PJS

DATA/PERÍODO	TURNO	AÇÃO/INTERVENÇÃO
19 a 23ABR10; 17 a 21MAIO10; 14 a 18JUN10; 12 a 16JUL10.	Manhã e/ou tarde.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com lideranças comunitárias (cada período em uma comunidade diferente) e com Diretores de Escolas; • Delimitação da área de intervenção; • Definição das modalidades de ação a serem utilizadas. • Reunião de nivelamento com a equipe; • Emissão e distribuição de NS; • Reunião de nivelamento com os alunos; • Divulgação das escalas de serviço; • Elaboração e distribuição de relatório do período de intervenção anterior ao período de referência.
26 e 30ABR10; 03, 07, 10, 14, 24 e 28MAIO10; 7, 11, 21, 25 e 28JUN10; 5, 9, 19, 23, 27 e 30JUL10.	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento urbano; • Vistoria preventiva.
28ABR10; 5, 12 e 26MAIO10; 2, 9, 23 e 30JUN10; 7, 21 3 28JUL10.	Tarde	<ul style="list-style-type: none"> • Palestra.